



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

Faculdade de Ciências e Letras

Campus de Araraquara - SP

ULISSES TOSHIRO SUGAHARA

**O TRABALHO DOCENTE NO CONTEXTO DE FUSÃO
E AQUISIÇÃO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO
SUPERIOR PRIVADO: UM OLHAR A PARTIR DA
REVISÃO BIBLIOGRÁFICA (2006-2016)**



**ARARAQUARA – SP
2017**

ULISSES TOSHIRO SUGAHARA

**O TRABALHO DOCENTE NO CONTEXTO DE FUSÃO
E AQUISIÇÃO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO
SUPERIOR PRIVADO: UM OLHAR A PARTIR DA
REVISÃO BIBLIOGRÁFICA (2006-2016).**

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras (UNESP – Campus de Araraquara), como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Escolar.

Linha de Pesquisa: Formação do professor, trabalho docente e práticas pedagógicas.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Maria José da Silva Fernandes

Bolsa: CAPES

**ARARAQUARA – SP
2017**

Sugahara, Ulisses Toshiro

O Trabalho Docente no contexto de fusão e aquisição de instituições de ensino superior privado: um olhar sobre a revisão bibliográfica (2006-2016) /

Ulisses Toshiro Sugahara — 2017

64 f.

Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) — Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara)

Orientador: Prof^a. Dr^a Maria José da Silva Fernandes

1. Trabalho docente. 2. Ensino superior privado. 3.
Fusão e Aquisição. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo sistema automatizado
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Ulisses Toshio Sugahara

O trabalho docente no contexto de fusão e aquisição de instituições de ensino superior privado: um olhar a partir da revisão bibliográfica (2006-2016)

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras – (UNESP – Campus de Araraquara), como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Escolar.

Linha de Pesquisa: Formação do professor, trabalho docente e práticas pedagógicas.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Maria José da Silva Fernandes

Bolsa: CAPES

Data da defesa: 24/02/2017.

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria José da Silva Fernandes
FCLAR – UNESP/ Araraquara

Membro Titular: Prof.^a Dr.^a Maria Regina Guarnieri
FCLAR – UNESP/ Araraquara

Membro Titular: Prof.^a Dr.^a Andreza Barbosa
UNIMEP / PIRACICABA

Local: *Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”*
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus Araraquara.

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai, Silou Sugahara, um autodidata que, mesmo com sua pouca escolaridade, tinha uma paixão pelos livros e pelo conhecimento. Era um artesão e no ofício de alfaiate lutou muito para dar educação, segurança e carinho para a família. Como *dekassegui* atravessou o planeta em busca de algo melhor, compartilhando suas conquistas, mas no Japão, uma enfermidade interrompeu o seu projeto de vida.

À minha mãe, Sunao Sugahara, que sempre zelou e continua com muito amor dedicando à família. Nunca nos deixou de cobrir com carinho e palavras inteligentes, mesmo nos momentos mais difíceis.

À Edileusa, pois juntos construímos uma bela história. Constituímos uma família, tivemos nossos filhos e lutamos muito, para dar um ao outro amor e segurança, buscando nossos objetivos.

Aos meus filhos, Rafael e Beatriz, razão de todo nosso esforço. Ambos estão construindo suas carreiras e compartilhando, suas vitórias.

À Prof.^a Dr.^a Maria José da Silva Fernandes, minha orientadora. Uma intelectual que vem nos mostrando que os caminhos do saber podem e devem ser em forma de parceria. Uma pessoa especial que tenho muita gratidão.

Aos membros da banca, meu agradecimento pelas importantes considerações teóricas.

A CAPES, pelo apoio financeiro.

Ao Grupo de Pesquisa sobre Trabalho Docente, que proporcionou valiosos estudos e debates sobre a educação.

Aos meus amigos mestrandos do Programa de Pós Graduação em Educação Escolar – UNESP Araraquara que, ao longo dos semestres, compartilharam conhecimentos, convívio e muitos risos nas horas de intervalo.

À Ester, Douglas, Júlio, Maira, Ana e outros tantos amigos que fiz como aluno especial no Programa de Pós Graduação em Educação na UFTM, em 2014. A sintonia desse convívio fez parecer que nos conhecíamos há muito mais tempo. Graças às redes sociais ainda mantemos contato.

À Professora Dra. Valdina Costa, docente do programa de Pós Graduação em Educação - UFTM uma intelectual que me proporcionou a imersão nesta área do conhecimento que é a educação escolar. Suas aulas, com as suas intervenções e seu rigor teórico, foram fundamentais nesta escolha.

À Prof.^a Dra. Maria Aparecida Moraes da Silva, docente do Programa de Pós Graduação em Sociologia Rural da UFSCAR que me proporcionou, em alto nível, revisar as leituras marxistas fundamentais para compreender o atual contexto capitalista.

Eu insisto em cantar
Diferente do que ouvi
Seja como for recomeçar
Nada há, mais há de vir
Me disseram que sonhar
Era ingênuo, e daí?
Nossa geração não quer sonhar
Pois que sonhe a que há de vir
Eu preciso é te provar
Que ainda sou o mesmo menino
Que não dorme a planejar travessuras
E fez do som da tua risada um hino

TRAVESSURAS
Oswaldo Montenegro

RESUMO

A presente dissertação de Mestrado insere-se no âmbito da Linha de Pesquisa *Formação do Professor, Trabalho Docente e Práticas Pedagógicas* do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da UNESP (Campus Araraquara). O foco analítico principal é a produção acadêmica brasileira realizada no período de 2006 a 2016 sobre o trabalho docente no ensino superior privado no âmbito das fusões e aquisição institucionais. O contexto neoliberal provocou mudanças significativas em diferentes campos da sociedade brasileira, favorecendo alterações legais que convergiram para a expansão do ensino superior privado e para o estabelecimento de um novo modelo institucional de base empresarial, no qual o trabalho docente foi encarado como fonte de obtenção de lucros. Tal modelo se fortaleceu na última década com o surgimento de grandes grupos empresariais no ensino superior, acarretando em mudanças para os trabalhadores docentes. Para analisar tal processo, optou-se pela realização de uma investigação qualitativa que usou como procedimento de coleta de dados a revisão bibliográfica a partir das pesquisas localizadas no Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e nas bibliotecas virtuais de algumas universidades brasileiras. Constatou-se que as pesquisas sobre trabalho docente no ensino superior privado se constituem em objeto recente de investigação acadêmica não apenas no campo da Educação, mas também em áreas correlatas. As pesquisas apontam de um total de 2776 pesquisas localizadas, consideramos 26 trabalhos, sendo 11 teses e 15 dissertações. Destes, 06 trabalhos estavam vinculados em programas de pós-graduação de iniciativa privada e 20 trabalhos na iniciativa pública. Mais especificamente, 10 trabalhos em universidades federais e 10 em universidades estaduais. A área de Educação contribuiu com 18 pesquisas, Psicologia escolar e do Desenvolvimento Humano com 3 pesquisas, Sociologia do Trabalho com 2 pesquisas, Políticas Públicas e Formação Humana com 2 pesquisas e Administração com 1 pesquisa. No período balizado, encontramos 8 trabalhos em 2006 e 8 trabalhos em 2016, período com a maior produção de pesquisa. O referencial teórico de base marxista predominou entre as pesquisas consideradas e autores como *Istávan Mészáros*, *Perry Anderson*, *Karl Marx*, além de referências importantes como Ricardo Antunes, Giovanni Alves, Paul Singer, Dalila Andrade de Oliveira, Waldemar Sguissardi, Gaudêncio Frigotto e Deise Mancebo foram os mais utilizados. Na totalidade de análises das pesquisas, partiu-se da reforma neoliberal instalada à partir da década de 1990, como responsável pelas reformas educacionais. De maneira geral, para alterações significativas no trabalho docente, com evidências de precarização e intensificação, uma vez que a categoria profissional e a pesquisa acadêmica têm sido cada vez mais afetadas por práticas flexíveis de contratação no ensino superior privado.

Palavras-chave: Trabalho docente; Ensino superior privado; Fusão e aquisição.

ABSTRACT

The present Master's thesis is part of the Research Line Teacher Training, Teaching Work and Pedagogical Practices of the Graduate Program in School Education of UNESP / Araraquara Campus. The main analytical focus is the Brazilian academic production carried out from 2006 to 2016 on the teaching work in private higher education in the scope of institutional mergers and acquisitions. The neoliberal context has brought about significant changes in different fields of Brazilian society, favoring legal changes that have converged to the expansion of private higher education and to the establishment of a new corporate-based institutional model in which teaching work was seen as a source of profits. This model was strengthened in the last decade with the emergence of large business groups in higher education, leading to changes for teachers. In order to analyze this process, a qualitative investigation was carried out, which used as a data collection procedure the bibliographic review based on researches located in the Thesis Bank of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES), in the Digital Library Brazilian Theses and Dissertations (BDTD) and in the virtual libraries of some Brazilian universities. It was found that research on teaching work in private higher education is a recent object of academic research not only in the field of Education, but also in related areas. The researches indicate a total of 2776 localized researches, we consider 26 papers, being 11 theses and 15 dissertations. Of these, 06 papers were linked in postgraduate programs of private initiative and 20 papers in the public initiative. More specifically, 10 papers at federal universities and 10 at state universities. The area of Education contributed 18 researches, School Psychology and Human Development with 3 researches, Sociology of Work with 2 researches, Public Policies and Human Education with 2 surveys and Administration with 1 research. In the period marked out, we found 8 papers in 2006 and 8 papers in 2016, the period with the highest research output. The theoretical reference of Marxist base predominated among the considered researches and authors like *István Mészáros*, *Perry Anderson*, *Karl Marx*, besides important references like Ricardo Antunes, Giovanni Alves, Paul Singer, Dalila Andrade de Oliveira, Waldemar Sguissardi, Gaudêncio Frigotto and Deise Mancebo were the most used. In the whole analysis of the research, it started from the neoliberal reform installed from the 1990's, as responsible for the educational reforms. In general, for significant changes in teaching work, with evidence of precariousness and intensification, since the professional category and academic research have been increasingly affected by flexible hiring practices in private higher education.

Keywords: Teaching Work; Private higher education; Merger and Acquisition.

Quadros e Tabelas:

Quadro 01: Síntese do levantamento bibliográfico por ano de defesa 47

Quadro 02: Produção por programa de pós-graduação 51

Tabela 01: Produção segundo a natureza da instituição 50

Lista de abreviaturas e siglas:

AGCS – Agenda de Acordos Gerais do Comércio

AL – América Latina

Anbima – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais

ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

BM – Banco Mundial

BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

BID – Banco Interamericano do Desenvolvimento

BIRD – Banco Interamericano para Reconstrução e Desenvolvimento

BM & F – Bolsa Mercantil e Futuros

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

Bovespa – Bolsa de Valores de São Paulo

CADE – Conselho de Administração e Desenvolvimento Econômico

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe

CFE – Conselho Federal de Educação

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

DOM BOSCO – Grupo Educacional Dom Bosco

EaD – Ensino a distância

ES - Ensino superior

EUA – Estados Unidos da América

FHC - Presidente Fernando Henrique Cardoso

FI – Fundos de Investimento

FIES – Fundo de Financiamento Estudantil

FMI – Fundo Monetário Internacional

IES - Instituições de ensino superior

INPS – Instituto Nacional de Previdência Social

INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social

IPTU – Imposto Predial, Territorial e Urbano

IR – Imposto de Renda

ISS – Imposto Sobre Serviços

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MPF – Ministério Público Federal

OMC – Organização Mundial do Comércio

PNE – Plano Nacional de Educação

Prouni – Programa Universidade Para Todos

PUC/SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

REDE Estrado - Rede Latino-americana de Estudos sobre Trabalho Docente

SEB – Sistema de Ensino Brasileiro

TD – Trabalho docente

UECE – Universidade Estadual do Ceará

UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

UFPA – Universidade Federal do Pará

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UFSM – Universidade Federal de Santa Maria

UFU – Universidade Federal de Uberlândia

UnB – Universidade de Brasília

UNESP - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Unicamp – Universidade Estadual de Campinas

Unigranrio – Universidade do Grande Rio

Uninove – Universidade Nove de Julho

UNIR – Universidade Federal de Rondônia

Uniube – Universidade de Uberaba

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

Introdução	12
Seção 1. Ensino superior privado no Brasil: breve olhar para o contexto recente	16
1.1 O contexto socioeconômico e a sua influência no ensino superior brasileiro.....	16
1.2 As fusões e aquisições no ensino superior privado no Brasil.....	28
Seção 2. Trabalho docente: breve discussão conceitual	37
Seção 3. A produção acadêmica sobre o trabalho docente no ensino superior privado: um balanço das pesquisas	45
3.1 O que as pesquisas apontam sobre o trabalho docente no ensino superior privado no Brasil.....	52
a. Implicações para o trabalho docente.....	53
b. Implicações para a organização coletiva dos docente.....	55
Considerações finais	57
Referências	61

INTRODUÇÃO

O presente estudo insere-se na Linha de Pesquisa Formação do Professor, Trabalho Docente e Práticas Pedagógicas do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras, UNESP (Campus Araraquara).

Tal estudo surgiu de inquietações pessoais decorrentes de minha¹ experiência como professor do ensino superior privado, quando vivenciei grandes transformações nos objetivos e na organização das instituições.

As transformações foram decorrentes do processo de reforma do ensino superior privado no País que, influenciado por princípios neoliberais, apresentou rápida expansão associada à mercantilização e internacionalização do setor.

As mudanças, embora fortalecidas no início do século XX, iniciaram-se anteriormente. Nas últimas três décadas, o cenário educacional brasileiro passou por transformações importantes que envolveram, por exemplo, as propostas pedagógicas, a relação com a comunidade, os modelos institucionais e o trabalho docente.

O conjunto de alterações presente no ensino superior brasileiro não está dissociado de alterações mais amplas da sociedade, já que acompanhou e é reflexo de um movimento que ocorre no campo político, jurídico, social e cultural. Assim, percebe-se que este conjunto influencia vários outros setores em seu funcionamento, sua organização e conquistas sociais dos trabalhadores. Mais recentemente, a expansão do ensino superior privado, ao longo dos dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso (1994 a 2002), foi marcada pelo entendimento de que a educação superior era parte de um projeto econômico que favoreceu a entrada de franquias internacionais no Brasil, segundo Luiz (2013).

Entendido como negócio, o ensino superior privado passou a fazer uso de ações de *marketing* com peças publicitárias que utilizaram atores consagrados de grande emissora televisiva para vincular personagens bem-sucedidas e vitoriosas às instituições de ensino superior. Objetivava-se assim, relacionar a instituição de ensino à empregabilidade e à boa formação, como afirma Carvalho (2013).

Outras maneiras de conquistar a clientela incluem desde a adoção de estratégias de *marketing* agressivas direcionadas ao acesso imediato ao mercado de trabalho, mediante o uso da imagem de artistas e/ou modelos como exemplos de pessoas bem-sucedidas [...] (CARVALHO, 2013, p.768)

No entendimento de Carvalho (2013) a expansão do ensino superior privado no Brasil segue uma tendência internacional baseada na modificação da estrutura de

¹ A introdução será escrita utilizando a primeira pessoa do singular. As demais seções serão escritas na terceira pessoa do singular.

governança nas instituições de ensino superior (IES) privadas que transformou o modelo organizacional familiar em um modelo profissionalizado e com a presença de profissionais provenientes do setor público. Carvalho (2013) afirmou que estes profissionais contratados pelas IES e atraídos pelos altos salários, teriam como o objetivo a obtenção de lucros financeiros e o aumento na estabilidade patrimonial. Sguissardi (2008, p.1005) afirma que os negócios no país somente não teriam sido maiores porque parte das IES incorporáveis possuíam baixo nível de governança gerencial ou alto grau de informalidade, o que assustava o investidor estrangeiro. Assim, profissionalizar o setor era essencial para gerar a confiança necessária para continuar atraindo investidores, reduzindo a informalidade na gestão das IES privadas.

Com o exemplo vivenciado numa instituição de ensino superior privado que passou por processo semelhante, levantei alguns questionamentos iniciais que, posteriormente, dirigiram o estudo que aqui se apresenta. Entre os questionamentos destacam-se:

- a. O que as pesquisas apresentam sobre a questão do trabalho docente diante das importantes modificações institucionais que ocorreram no ensino superior privado?
- b. Quais são as principais contribuições identificadas nas pesquisas para a reflexão sobre o trabalho docente nas instituições privadas de ensino superior (ES)?

Ao ingressar no mestrado, em 2014, passei a trabalhar com a hipótese de que as reformas promovidas no ensino superior privado no Brasil, desde a década de 1990, provocaram modificações institucionais que favoreceram sua mercantilização com importantes implicações para o trabalho docente, tais como a precarização e a intensificação.

Neste sentido, estabeleci como objetivo geral da pesquisa:

- Realizar um levantamento bibliográfico nos bancos de teses e dissertações da CAPES, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e em bibliotecas virtuais de universidades depositárias sobre o trabalho docente do ensino superior, procurando identificar o que já foi produzido nos programas de pós-graduação, pelo Brasil.

Como objetivos específicos foram definidos:

- Analisar o que as pesquisas apresentam sobre o trabalho docente no contexto específico de fusão e aquisição de instituições de ensino superior privadas.

- Reconhecer as principais análises apontadas pelas pesquisas sobre o ensino superior privado e suas implicações para o trabalho docente.

Para tal, optei pela realização de uma pesquisa de natureza qualitativa sobre o trabalho docente no ensino superior privado que dirigirá o olhar para a produção acadêmica disponível nos bancos de teses e dissertações da CAPES, BDTD e universidades

depositárias especialmente os bancos de teses e dissertações da CAPES e BDTD apresentam o registro de todos os trabalhos vinculados a programas de pós-graduação *stricto sensu* credenciados e reconhecidos de todas as áreas do conhecimento. O levantamento bibliográfico, feito exclusivamente pela internet, teve o intuito de localizar dissertações de mestrado e teses de doutorado.

Segundo Triviños (1987) a pesquisa qualitativa permite analisar aspectos implícitos no desenvolvimento das práticas organizacionais e em se tratando de uma revisão de literatura ou bibliografia, há um processo de avaliação material que o pesquisador encontrou, permitindo reconhecer até onde outros investigadores têm chegado em suas investigações.

Este exame dos estudos já executados presta ao pesquisador valiosas informações sobre métodos e técnicas empregados, resultados atingidos, dificuldades ultrapassadas ou não vencidas. A busca num primeiro momento não será seletiva. Mas, quando já se tenha visão ampla do assunto em todos seus aspectos, o pesquisador escolherá as análises encontradas de acordo com a linha teórica e o tipo de estudo que pessoalmente lhe satisfazem. (TRIVIÑOS, 1987, p.98)

Para esta pesquisa, estabeleci o recorte temporal entre os anos de 2006 a 2016. Justifica-se este período, pelo aumento significativo de fusões e aquisições de instituições de ensino superior privado no Brasil, administrados por fundos de investimentos e com forte presença de capital estrangeiro, apesar da recessão econômica mundial.

Para o levantamento bibliográfico inseri descritores relacionados aos objetivos da pesquisa, tais como: ensino superior privado e trabalho docente no ensino superior privado. Associados a eles foram acrescentados descritores correlacionados como mercantilização, fusão e aquisição no ensino superior, cujo primeiro resultado foi de 2.776 pesquisas localizadas.

Inseri os descritores no filtro, objetivando reduzir ao máximo a localização das pesquisas. Identificados os trabalhos, o primeiro passo do processo de seleção foi à leitura dos títulos e resumos, assim chegou-se a 26 trabalhos: Destes, identificamos 15 dissertações de mestrado e 11 teses de doutorado para que, na sequência, os textos escolhidos fossem lidos na íntegra. Levei em consideração a natureza do programa de pós-graduação em que foi desenvolvido, se foi de iniciativa pública ou privada.

A leitura dos trabalhos localizados foi realizada e procurei identificar que tipo de abordagem teórica e metodológica foi utilizado pelos pesquisadores diante do movimento institucional marcado pelas fusões e aquisições.

Esta dissertação de mestrado está organizada em três seções, além das considerações finais.

A primeira seção intitula-se: *Ensino superior privado no Brasil: breve olhar para o contexto recente*, na qual será caracterizado o momento sociopolítico econômico e seus impactos no ensino superior privado e, conseqüentemente, no trabalho docente.

Na segunda seção intitulada *O trabalho docente: breve discussão conceitual*, analisaremos o mundo do trabalho e suas transformações, seus impactos para os trabalhadores.

Na terceira seção: *A produção acadêmica sobre o trabalho docente no ensino superior privado: um balanço das pesquisas*. Analisaremos a produção das pesquisas selecionadas, suas abordagens, análises e contribuições. Será inventariado um dado momento da produção acadêmica, com objetivo de compreender as transformações e alterações no mundo do trabalho docente, principalmente, aquele que atua no segmento do ensino superior privado, diante do contexto de fusão e aquisição de IES privadas.

SEÇÃO 1. ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO BRASIL: BREVE OLHAR PARA O CONTEXTO RECENTE.

Os caminhos da economia internacional, sob a influência do neoliberalismo, contribuíram para redesenhar o ensino superior privado no Brasil, notadamente a partir da década de 1990, quando fenômenos como fusão e aquisição do setor tornaram-se mais frequentes, alterando as condições relativas ao trabalho docente.

Desta forma, esta seção tem por objetivo apresentar aspectos gerais da reforma do Estado no Brasil (articulado ao contexto da América Latina) e os impactos da mesma na expansão e remodelações do ensino superior privado.

1.1. O contexto socioeconômico e sua influência no ensino superior brasileiro.

Na década de 1970, a crise mundial do capitalismo provocou baixo crescimento econômico, elevando índices inflacionários, redução na capacidade produtiva, desemprego e aumento das desigualdades sociais em diferentes países do mundo. Com isso, houve um cenário favorável para a expansão da política neoliberal, inicialmente na Inglaterra e nos Estados Unidos da América (EUA), onde, como forma de reação desses países à crise do capital, redefiniram-se o papel do Estado e suas formas de atuação.

Porém, segundo Anderson (2008), o neoliberalismo antecedeu a crise da década de 1970, tendo surgido após a II Guerra Mundial como estratégia de reação teórica ao modelo até então dominante de Estado intervencionista e de bem-estar social. Tal forma de organização era considerada pelos críticos como letal para o desenvolvimento da economia.

Posteriormente, diante de uma nova crise econômica, especialmente na Inglaterra sob o comando da Primeira Ministra Margareth Thatcher (1979-1990) e nos Estados Unidos com o presidente Ronald Reagan (1981-1989) implantou-se um severo conjunto de ações baseado em um programa político de contorno neoliberal que segundo Anderson (2008) caracterizou-se por:

O governo Thatcher contraiu a emissão monetária, elevaram a taxa de juros, baixaram drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, aboliram controles sobre os fluxos financeiros, criaram níveis de desemprego massivos, alastraram greves, impuseram uma nova legislação anti-sindical e cortaram gastos sociais. E, finalmente, esta foi uma medida surpreendentemente tardia, lançaram num amplo programa de privatização, começando por habitação pública e passando em seguida às indústrias básicas como o aço, a eletricidade, o petróleo, o gás e a água. (ANDERSON, 2008, p.12)

Anderson (2008) afirmou que o modelo econômico e político implantado por Thatcher foi considerado bem-sucedido e contou com o apoio de alguns presidentes do mundo ocidental, tal como Helmut Kohl, da Alemanha Ocidental, provocando uma onda conservadora que cresceu inicialmente na Europa. Tal onda enfraqueceu o sindicalismo, a organização da classe trabalhadora e a disseminação do pensamento neoliberal.

Na economia, os princípios neoliberais levaram a uma abertura dos mercados e diminuição dos gastos sociais associados a um amplo processo de privatização das empresas públicas, reduzindo consideravelmente o poder do Estado. Segundo Anderson (2008) houve também forte repressão sobre os sindicatos dos trabalhadores que passaram a conviver com a perda de muitos direitos trabalhistas. Estas ações proporcionaram a consolidação do neoliberalismo, permitindo maior acumulação do capital, especialmente na Europa Ocidental e América do Norte. Obviamente que o avanço neoliberal em algumas partes do mundo não significou o fim da crise do capitalismo, mas permitiu uma nova forma de organização econômica que, a despeito da redução das desigualdades sociais, promoveu o fortalecimento de um dado grupo de países. Com os resultados das reformas ocorridas, o capitalismo se reorganizou e se tornou mais forte e hegemônico, colocando em xeque o Estado do bem-estar social que sequer chegou a ser implantado em boa parte dos países do mundo.

De acordo com Netto (2008) o capitalismo atingiu escalas planetárias:

Penso, ao contrário, que o capitalismo nunca esteve tão organizado quanto atualmente com uma insuspeitada capacidade de se refuncionalizar e de responder rapidamente a novas demandas. Tudo indica que este processo de reconversão do capitalismo em escala planetária é um componente fulcral para análise da vulnerabilidade de instituições que foram decisivas na constituição e na manutenção do chamado Estado do bem-estar social. (NETTO, 2008, p.31)

O mesmo autor afirmou que se teve sucesso econômico para alguns, houve, por outro lado, perdas sociais reconhecidas já que o modelo neoliberal claramente levou a uma deterioração na qualidade de vida da população de países, especialmente da classe trabalhadora que foi submetida às transformações e alterações nos modos de trabalho com reflexos nas organizações sindicais:

Entendo que, neste último fenômeno, incidam mudanças culturais significativas – a “dessindicalização” a que hoje assistimos não responde apenas a um processo estritamente econômico. O afluxo, ao mercado de trabalho, de um novo tipo de trabalhador condicionou substancialmente a perda e vigor do movimento sindical tradicional. (NETTO, 2008, p.30)

A partir dos pontos iniciais de implantação do neoliberalismo, este se espalhou para outras partes do mundo. No contexto latino-americano com diferentes matizes, houve segundo Arocena (2004), nos últimos 25 anos, uma agenda econômica influenciada pelos princípios neoliberais que levou ao estabelecimento de uma série de reformas que provocaram mudanças no papel social do Estado. Com o discurso de integração e fortalecimento dos países, ocorreram ações que tornaram o Estado menos provedor e mais regulador.

Para Luiz (2013), o neoliberalismo foi implantado na América Latina num momento de recessão econômica, encontrando o movimento sindical enfraquecido e pouco resistente às ações reformistas. Com isso, promoveu-se a redução da participação do Estado na economia, associada à reforma fiscal e redução dos gastos públicos. Do ponto de vista do Estado, esperavam-se, de acordo com o autor, resultados com as reformas garantindo aumento na arrecadação com recursos destinados ao pagamento dos juros da dívida.

Desta forma, depois da década de 1980, houve fortalecimento dos principais países neoliberais na América Latina. De acordo com Santos e Guimarães-Iosif (2012), em 1989, por meio da atuação do *Institute for International Economic*, do Banco Interamericano para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD)² e do Fundo Monetário Internacional (FMI)³ ocorreu o Consenso de Washington. O encontro resultou na promoção de um conjunto de reformas em áreas distintas, por países da América Latina, resultando num novo modelo de gestão.

O encontro resultou no Consenso de Washington e a decisão tomada foi de que os países em questão deveriam promover um conjunto de reformas, tais como: concentração de gastos públicos em atividades voltadas para a educação, saúde e infraestrutura; reforma tributária; liberalização financeira; eliminação das restrições legais à entrada de capitais estrangeiros; privatização de empresas; desregulação do trabalho e da legislação. Destarte, a globalização neoliberal, pós-Consenso de Washington, fez surgir o atual modelo de gestão pública, que muitos denominam como governança e que foi difundido mundialmente a partir de documentos do Banco Mundial e de outras agências multilaterais. (SANTOS; GUIMARÃES-IOSIF, 2012, p.3)

²Criado durante a Conferência de *Bretton Woods*, na cidade norte-americana homônima, em 1944, no processo de construção da hegemonia internacional norte-americana após a 2ª Guerra Mundial, o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) ficou conhecido, genericamente, como Banco Mundial. Diferentemente de seu objetivo inicial, ainda no final dos anos 1960, a linha de atuação do Banco Mundial passou a ter como um de seus focos principais a área educacional, sobretudo nos países latino-americanos, o que se intensificou sobremaneira nos anos 1980-90. Desde então, as diretrizes do Banco Mundial vêm sendo utilizadas como fundamento principal para as políticas educacionais brasileiras, no contexto da reforma do Estado e da educação, conforme consta em publicação de Minto (2006) da Histedbr, Faculdade de Educação, Unicamp.

³Fundo Monetário Internacional (em inglês = *International Monetary Fund* – *IMF*). Organismo financeiro internacional em 1944 com objetivo de promover a cooperação monetária entre os países-membros, coordenar a estabilidade cambial internacional e auxiliar países na resolução de problemas financeiros temporários no Balanço de Pagamentos, conforme conta no glossário do Banco Central do Brasil.

Mas, Luiz (2013) afirmou que o neoliberalismo latino-americano é anterior ao Consenso de Washington tendo sido protagonizado pelo projeto chileno que foi implantado durante o governo ditatorial de Pinochet (1974-1990) por meio da atuação dos *Chicago Boys*⁴ que tiveram o objetivo de implantação do pensamento neoliberal. No Chile, os interesses imperialistas dos EUA acarretaram em mudanças que posteriormente, na década de 1990, foram usadas como modelos em outros países da região.

O autor supracitado afirmou que o neoliberalismo chileno levou a um processo de privatização das empresas públicas, reduzindo de 507 empresas para 15 empresas estatais, o que teve como consequência a geração de milhares de desempregados nos primeiros sete anos de governo Pinochet. No ensino superior, todas as universidades do país foram privatizadas.

Os resultados econômicos das reformas chilenas, juntamente com os apontamentos do Consenso de Washington, levaram a um amplo processo de reformas na América Latina em países como a Bolívia, México, Brasil e Argentina.

A partir deste contexto de reformas, os países da América Latina vivenciaram um conjunto de reformas do Estado. Tais reformas influenciaram todos os setores da economia, implicando em alterações legais que visaram abertura econômica e a desregulamentação do setor produtivo.

Entretanto, as reformas neoliberais não se resumiram ao mercado produtivo industrial e ao mercado de capitais, perpassando outros setores da economia, entre os quais a educação que passou a ser vista como eixo central para a transformação dos países:

Segundo definição da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal), a estratégia econômica para o desenvolvimento constitui-se na transformação produtiva com equidade social, mediante o estímulo a mudanças quantitativas e qualitativas para a competição no mercado mundial, tendo a educação como eixo central dessa transformação. (MORAES, 2013, p. 140)

Leite e Genro (2012) afirmaram que a doutrina neoliberal transformou o cenário educacional nos países latino-americanos. Com o discurso da modernização do setor educacional, procurou-se ampliar os acessos do ensino superior, tendo como base as recomendações dos órgãos financiadores internacionais:

No bojo da modernização do Estado, as reformas tiveram consequências semelhantes nos diferentes países da América Latina (AL): expansão do sistema educativo privado; ampliação do acesso e das matrículas com

⁴ Segundo Luiz (2013) trata-se de um grupo de 100 jovens estudantes de pós-graduação em economia na Universidade de Chicago, bolsistas da Fundação Ford e do Departamento de Estado norte-americano, que protagonizaram a reforma econômica no Chile, considerado laboratório para a implantação das políticas neoliberais.

oferta maior na rede privada; cobrança de taxas de matrícula; diferenciação salarial entre os acadêmicos; introdução de sistema *meritpay*; realocação de recursos públicos; alteração dos percentuais orçamentários de cada país para os diferentes níveis de ensino com menor percentual para a educação superior; submissão de políticas públicas às recomendações de órgãos financeiros internacionais. (LEITE; GENRO, 2012, p. 764)

De acordo com Arocena (2004), as elites locais, influenciadas pela agenda internacional e detentoras do controle do capital passaram a questionar o modelo de ensino superior público e gratuito, considerando-o como pouco eficiente e funcional. Com esse discurso, conseguiram impulsionar com grande força uma série de reformas no modelo de ensino adotado na América Latina:

Durante el último cuarto de siglo, la agenda predominante en la ES latinoamericana ha estado moldeada por *la mirada desde afuera*. La mayoría de los gobiernos, sectores empresariales, médios comunicacionales afines y organismos internacionales de crédito convergieron em una visión muy crítica de las universidades públicas de la región. Lãs consideraron poço funcionales para el nuevo tipo de inserción económica, que reputaban imprescindible, de América Latina en el mundo. Semejante consideración inspiro el tipo de reformas de la ES que com mayor fuerza fueron impulsadas. (AROCENA, 2004, p.916)

As críticas ao ensino superior público faziam parte de uma estratégia de mudanças que previa a ampliação e a mercantilização do setor privado, uma vez que, de acordo com Santos e Guimarães-Iosif (2012), após o Consenso de Washington, em 1989, e a realização da Conferência Mundial sobre Educação Superior⁵, em 1998, com a presença de 182 países, promoveu-se a ampla atuação do setor privado. Leite e Genro (2012) destacaram que assim como ocorreu no Brasil, países como Peru, Argentina e Chile se submeteram a um ambicioso programa de reformas no ensino superior, visando adequar-se às exigências da conferência.

De acordo com Marrach (2006) o ensino superior latino-americano, assim como o trabalho e os mercados estavam a serviço do capital. Neste sentido, as reformas neoliberais implicaram em mudanças até mesmo nos projetos pedagógicos vigentes no ensino superior, tornando-os mais técnicos e voltados às exigências do mercado:

Atrelar a educação escolar à preparação para o trabalho e a pesquisa acadêmica ao imperativo do mercado ou às necessidades da livre iniciativa. Assegura que o mundo empresarial tem interesse na educação porque deseja uma força de trabalho qualificada, apta para a competição no mercado nacional e internacional. Fala em nova vocacionalização, isto é, numa profissionalização situada no interior de uma formação geral, na qual a aquisição de técnica e linguagens de informática e conhecimento de matemática e ciência adquire relevância. Valoriza as técnicas de

⁵ Conferência convocada pela UNESCO e realizada na cidade de Paris em 1998 com a participação de 182 países do mundo. A conferência definiu, a partir de conferências prévias, o novo papel da universidade no século XXI, influenciando a definição de políticas para o setor.

organização, o raciocínio de dimensão estratégica e a capacidade de trabalho cooperativo. (MARRACH, 2006, p.4)

Na sociedade neoliberal, a produção científica transformou-se em capital técnico-científico que se colocou a serviço do mercado.

Desta forma, mudanças graduais, mas com grande potencial de transformação, foram alterando a relação de produção do conhecimento frente à sociedade, bem como foram modificando as formas de organização e gestão do setor educacional, em especial do ensino superior privado. Gentili (2004) afirma que há mais de vinte anos, os países latino-americanos, por conta das transformações e reformas ocorridas nas estruturas sociais e econômicas, redefiniram os gastos públicos e se submeteram à redenção da participação do Estado na economia ampliando o poder da iniciativa privada e do capital privado em setores essenciais como a educação:

De esa forma, la apertura comercial y la desregulación de las economías nacionales, las políticas de ajuste estructural y de restricción del gasto social, los procesos de privatización y descentralización administrativa de los servicios, junto con una creciente ingerencia de los organismos internacionales de crédito en el diseño y financiamiento de las políticas estatales, resultaron rasgos característicos y comunes en la gran mayoría de los países latinoamericanos. (GENTILI, 2004, p. 1269)

Assim, segundo supracitado autor, as reformas neoliberais no contexto latino-americano geraram consequências como a deterioração das condições de vida para a grande maioria da população, deixando marcas como a pauperização, a exclusão social e uma profunda crise institucional e política que afetou todos os setores.

No Brasil, essas consequências foram sentidas a partir do estabelecimento das reformas do Estado ocorridas na década de 1990.

Leite e Genro (2012) afirmaram que na década de 1990 uma nova forma de gerenciamento foi adotada nas instituições de ensino superior privadas, assemelhando-se com empresas comerciais e financeiras. O objetivo das IES privadas passou a levar em consideração a competitividade e a busca pela liderança de mercado. Carvalho (2013, p. 768) afirmou que a estratégia residiu na transfiguração dos centros universitários e universidades em grandes conglomerados ou *holding*⁶. Esta reestruturação operacional e institucional favoreceu a aquisição de instituições de porte médio, que passavam por dificuldades financeiras, criando grandes grupos mercantis no setor educacional.

Durante o governo de Fernando Collor de Melo (1990-1992) realizou-se uma série de ações no País que foram consideradas o marco da implantação do neoliberalismo com

⁶De acordo com o glossário Termos de Economia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC SP), *holding* refere-se a empresas que detém a maioria das ações e/ou a maioria dos votos de outra(s) empresa(s) (que por isto se denomina subsidiária ou controlada) e, portanto, seu controle. É chamada de **pura** quando não realiza atividades produtivas e seu **capital** é composto basicamente das ações de suas controladas; em oposição a **mista** que alia a estas as funções as atividades típicas de controle e centralização financeira bem como outras atividades.

modificações significativas no papel do Estado. Houve transformações em vários setores da sociedade, abrindo-se a economia para o capital e para os investidores estrangeiros.

O governo Collor alinhou-se com países europeus e norte-americanos por meio de órgãos financiadores, como Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), para conduzir um amplo processo de reformas do Estado. Maciel (2011) afirmou que o Brasil passou a adotar uma orientação econômica marcadamente ortodoxa, ou seja, baseada na alta dos juros, na restrição ao crédito, no corte de gastos públicos, na liberalização da área financeira e na renegociação da dívida externa, com objetivo de favorecer a entrada de capitais.

Posteriormente, já no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), houve intensificação das reformas de caráter neoliberal com reflexos no setor de ensino privado. Sguissardi (2008) e Chaves (2010) relacionaram diretamente as reformas do Estado (influenciadas pelo contexto latino-americano) com os novos direcionamentos do ensino superior no País. Barros (2015) também relacionou o contexto de subordinação da educação superior ao contexto mais amplo:

O fato é que a partir de 1990, e com maior intensidade nos dois mandatos do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), as políticas para a educação superior se inserem no contexto de subordinação do país à economia global, à agenda neoliberal e às ideias disseminadas por organismos multilaterais, como Banco Mundial (BM), o Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID) e a Organização Mundial do Comércio (OMC). Dentre outras coisas, tal lógica difundiu uma concepção de universidade calcada em princípios mercantilistas e produtivistas. (BARROS, 2015 p.368)

Barros (2015) afirma que o Consenso de Washington influenciou diretamente os dois governos de FHC, na construção de um modelo de Estado com perfil neoliberal. Estas alterações foram identificadas também na expansão do ensino superior privado brasileiro e contaram com idéias e propostas de organismo multilaterais, como por exemplo, do setor financeiro e comercial, impondo uma lógica mercantilista para os setores produtivo e de serviços. Segundo o autor, a Conferência Mundial sobre a Educação Superior, evento promovido pela UNESCO em Paris, no ano de 1998, tem a sua contribuição na mercantilização e financeirização do ensino superior privado, pois marcaram as iniciativas de uma universidade mercantilista, com viés empresarial orientando as mudanças econômicas no Brasil que atingiram diferentes áreas entre elas o ensino superior público e, principalmente, privado.

As regras de mercado, assim como em outras partes da América Latina, tornaram-se o fundamento da economia e a educação passou a ser ofertada como forma de mercadoria-serviço. A partir desta década, em diferentes graus, as instituições de ensino superior

passaram a adotar processos de gestão administrativa que se assemelhavam a empresas de natureza comercial, como afirmaram Santos; Guimarães e Chaves (2013):

[...] a partir de 1990, ocorreram importantes reformas nos sistemas de ensino em todo o mundo, principalmente as destinadas a incentivar as instituições a serem mais sensíveis às necessidades do capitalismo. Essa questão envolveu uma reavaliação dos objetivos do ensino superior e a definição pelos governos de novas estratégias para o futuro. (SANTOS; GUIMARÃES-IOSIF; CHAVES, 2013, p.78)

Alves e Carvalho Junior (2015) afirmaram que as transformações ocorridas no ensino superior privado tinham como objetivo atender as necessidades do capital e suas novas formas de acumulação. Neste sentido, a educação foi tomada como bem privado:

Não fugindo a esse processo de metamorfose do Estado e da produção, a educação também começa a passar por mudanças profundas. As instituições como o Banco Mundial e o próprio governo brasileiro começam a enfatizar a necessidade de se tomar a educação, também, como bem privado. Essa visão ganha mais força especialmente no tocante à educação superior, ampliando a subordinação dessa, aos interesses do mercado. (ALVES; CARVALHO JUNIOR, 2015, p.82)

Os autores supracitados afirmam ainda que as reformas promovidas no Estado brasileiro tiveram o objetivo de superar a crise do capitalismo com alterações na própria função que deveriam cumprir perante a sociedade. Houve uma ampliação dos processos de privatização especialmente nos governos de FHC, com aumento dos recursos públicos destinados a alguns setores privados, como a educação. Neste processo o ensino superior privado passou por transformações significativas, levando ao fortalecimento dos empresários da educação e da burguesia ligada aos serviços educacionais que optaram, em função do mercado, em investir num modelo privado-mercantil comandado pela lógica do mercado e com pequena preocupação com a qualidade.

Rodrigues (2006) afirmou que no mercado de ensino, característica das IES privadas, assumiu-se a oferta de educação-mercadoria sem preocupação com a pesquisa e com as ideias democráticas. Para o autor, a pesquisa para os empresários da educação só deveria existir se ligada aos interesses e demandas do capitalismo produtivo.

[...] a burguesia de serviços educacionais, despidendo-se da auréola sagrada dos ideais democráticos da educação, propõe o controle das universidades públicas, o livre câmbio de educação-mercadoria, com o propósito explícito de auferir lucro, a multiplicidade de perfis institucionais em detrimento do modelo “caduco” de universidade de pesquisa, a criação de uma agência reguladora independente, além da aplicação de verbas públicas para o desenvolvimento de pesquisas nas IES privadas. Enfim, os empresários do ensino substituíram todas as liberdades pela liberdade única, sem escrúpulos, do comércio educacional. (RODRIGUES, 2006, p. 7)

Rodrigues (2006) discutiu que em uma economia competitiva, a burguesia, voltada para o serviço educacional ou os denominados empresários da educação, juntamente com o governo, submeteram o ensino superior à racionalidade e à lógica do mercado, adotando práticas mercantis. Estabeleceu-se uma forte relação entre o governo e os empresários visando a mercantilização do setor.

A mercantilização, segundo Chaves (2010), decorreu do movimento de desregulamentação e de liberalização do setor, com regras mais flexíveis para abertura de novos cursos e instituições. Além disso, houve isenções tributárias, repasses de créditos educativos por meio de Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)⁷, empréstimos subsidiados pelo governo, por intermédio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), atuação do Programa Universidade Para Todos (Prouni)⁸ e outras formas de incentivos governamentais. Permitiu-se assim a expansão e a mercantilização do ensino superior privado no País.

O termo mercantilização no ensino superior, segundo Silva Junior e Sguissardi (1999), se deu a partir da aproximação das IES privadas com o mercado financeiro e o setor produtivo que promoveram um novo modelo de gestão com a aproximação do conceito de concorrência. Sguissardi (2008) afirmou que tal processo de mercantilização do ensino superior privado fazia parte de um amplo e complexo processo de acumulação do capital. Sobre isso, Carvalho (2013) também afirmou:

A tendência à mercantilização da educação superior não se restringe ao caso brasileiro. A transformação do setor educacional em objeto de interesse do grande capital é uma das consequências da globalização, especialmente nos países asiáticos e nos países desenvolvidos de origem anglo-saxônica, sobretudo nos Estados Unidos. (CARVALHO, 2013, p. 764)

⁷Segundo consta no portal eletrônico do MEC, o **Fundo de Financiamento Estudantil (Fies)** é um programa do Ministério da Educação destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em cursos superiores não gratuitas na forma da Lei nº 10.260/2001. Podem recorrer ao financiamento os estudantes matriculados em cursos superiores que tenham avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação. Em 2010, o FIES passou a funcionar em um novo formato: a taxa de juros do financiamento passou a ser de 3,4% a.a., o período de carência passou para 18 meses e o período de amortização para três vezes o período de duração regular do curso (+ 12 meses). O intuito é de também realizar um realinhamento da taxa de juros às condições existentes no cenário econômico e à necessidade de ajuste fiscal

⁸Também consta no portal do MEC, o **Programa Universidade para Todos (Prouni)**, que tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições de ensino superior privadas. Criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, oferece, em contrapartida, isenção de tributos àquelas instituições que aderem ao Programa dirigido aos estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais, com renda familiar *per capita* máxima de três salários mínimos, o Prouni conta com um sistema de seleção informatizado e impessoal, que confere transparência e segurança ao processo. Os candidatos são selecionados pelas notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio - Enem conjugando-se, desse modo, inclusão à qualidade e mérito dos estudantes com melhores desempenhos acadêmicos.

Para Mancebo e Vale (2013) este modelo de mercantilização do ensino superior se manteve mediante uma política de redução de recursos destinados às IES públicas, assumindo o Estado, por outro lado o papel de financiador indireto das IES privadas.

Santos, Guimarães-Iosif e Chaves (2013) afirmaram que o ensino superior privado no Brasil assimilou, com o apoio do poder público, as tendências mundiais que geraram a expansão e diversificação na oferta de cursos, a criação de novas modalidades de financiamento estudantil e a implantação de novas formas de gestão institucional. Desta forma, intensificou-se o foco e o investimento no ensino superior privado visando a obtenção de lucros. Para tal, segundo os autores, considerou-se os alunos como clientes-consumidores a quem se voltaram os massivos programas de *marketing* educacional especializado:

A consequência dessa ideologia é a transformação da educação em um grande negócio a ser comercializado pelo mercado de capitais e a transformação dos universitários em clientes-consumidores, disputados no grande jogo de interesses entre as instituições de ensino. Estas reproduzem, de forma endógena, relações mercantis, através de práticas instrumentais e utilitaristas, distanciando-se cada vez mais da reflexão crítica e emancipatória da educação. (SANTOS; GUIMARÃES-IOSIF; CHAVES, 2013, p.80)

Heymann e Alberti (2001), assim como Carvalho (2013) analisaram as ações publicitárias das instituições privadas de ensino superior e identificaram que o uso do *marketing* educacional especializado teve como objetivo a captação de novos alunos (clientes-consumidores), potencializando as matrículas no setor e, conseqüentemente, a expansão das instituições. Para Heymann e Alberti (2001) além da expansão quantitativa ocorreram modificações na relação entre o Estado e IES. As modificações também acarretaram num processo bastante heterogêneo de organização institucional:

Além da expansão do alunado, houve, nos anos 1990, notáveis alterações nas relações entre Estado e universidades, que decorreram principalmente de políticas governamentais e da nova ordenação estabelecida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada em dezembro 1996. O crescimento de instituições privadas de ensino superior foi acompanhado de um processo de diferenciação institucional, que resulta num universo de instituições heterogêneas e de difícil mapeamento. (HEYMANN; ALBERTI, 2001, p.1 e 2)

Para Sguissardi (2008) o cenário político pós-Consenso de Washington, amparado por uma doutrina política econômica neoliberal, abriu a economia brasileira para investimentos de capitais estrangeiros, havendo uma enorme demanda no ensino superior privado e um maior interesse dos empresários do setor em formar grandes conglomerados educacionais. Este crescimento segundo Sguissardi (2008) foi amparado principalmente

pelas medidas tomadas pelo governo após a Conferência Mundial sobre Educação Superior que respaldou a abertura do mercado educacional no Brasil, beneficiando o setor privado.

Na década de 1990, as reformas promovidas pelo governo de FHC foram possíveis com a aprovação da Lei nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996) segundo Santos e Guimarães-Iosif (2012). Sampaio (2011), por sua vez, corroborou este dado incluindo aí a aprovação na década anterior da Constituição Federal do Brasil, em 1988, afirmando que o substrato legal foi elemento fundamental para a configuração e fortalecimento do ensino superior privado no País. A Constituição Federal, por exemplo, tornou possível a autonomia das universidades privadas em relação ao Conselho Federal de Educação, gerando condição para uma nova configuração institucional do setor no Brasil. Sobre isso Sampaio (2011) afirmou:

Ao disciplinar o princípio de autonomia para as universidades, a Constituição de 1988 criou um instrumento importante para o setor privado: a possibilidade de liberar-se do controle burocrático do antigo Conselho Federal de Educação (CFE), especialmente no que diz respeito à criação e extinção de cursos na sede e ao remanejamento do número de vagas oferecidas. Essa prerrogativa permitiu à iniciativa privada responder de forma ainda mais rápida ao atendimento da demanda. (SAMPAIO, 2011, p.30)

Diante das bases legais houve condições para que as instituições de ensino superior privado no Brasil se tornassem um dos negócios mais rentáveis do mundo, de acordo com Sampaio (2011). Santos e Guimaraes-Iosif (2012) afirmaram que os artigos nº 19 e 20 da LDB, ao regulamentar as categorias administrativas de ensino, favoreceram o crescimento e a consolidação do ensino superior privado no País. Os dois artigos citados pelos autores trataram da classificação e categorização das instituições superiores de ensino:

Art. 19. As instituições de ensino dos diferentes níveis classificam-se nas seguintes categorias administrativas:

I - Públicas assim entendidas as criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público;

II - privadas, assim entendidas as mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

Art. 20. As instituições privadas de ensino se enquadrarão nas seguintes categorias:

I – Particulares em sentido estrito, assim entendidas as que são instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado que não apresentem as características dos incisos abaixo;

II – Comunitárias assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas educacionais, sem fins lucrativos, que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade; (Redação dada pela Lei nº 12.020, de 2009);

III – Profissionais assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a orientação profissional e ideologia específicas e ao disposto no inciso anterior;

IV – Filantrópicas, na forma da lei. (BRASIL, 1996)

Com as aberturas legais, criaram-se condições para a consolidação de um modelo de ensino superior com base empresarial, voltado à oferta de diversos cursos presenciais e a distância (modalidade que cresceu muito no contexto de mercantilização), tanto na graduação como na pós-graduação (considerando-se aqui o caso das universidades). Sguissardi (2008) identificou numa recomendação do Banco Mundial (BM), publicada em 1994, no documento *Higher Education: the lessons of experience* (Educação superior: as lições da experiência), as bases para as alterações legais sobre o ensino superior privado no Brasil. De acordo com Sguissardi (2008) a publicação sugeria que o modelo de IES voltado ao ensino e desvinculado da pesquisa era considerado mais barato e mais adequado aos países em desenvolvimento:

[...] proponha, entre outras coisas, uma muito maior diferenciação institucional e diversificação de fontes de manutenção da educação, incluindo o pagamento pelo aluno das IES públicas; que considerava a universidade de pesquisa (*neo-humboldtiana*) inadequada para os países em desenvolvimento e em seu lugar proponha a adoção da *universidade de ensino* (sem pesquisa); que recomendava às autoridades que ficassem “*atentas aos sinais do mercado*”, (SGUISSARDI, 2008, p.1000)

Ao levantar a literatura sobre a expansão do ensino superior privado identificou-se o estudo de Marrach (2006) que apontou contradições no modelo adotado no Brasil, pois, ao mesmo tempo em que houve a defesa da redução do papel do Estado na economia com menor investimento no ensino superior público, ocorreu a expansão do ensino superior privado com uso de recursos públicos federais. O Estado, neste caso, valeu-se de estratégias como as isenções fiscais e os programas de financiamento para educação como o FIES e o Prouni já abordados anteriormente:

(...) é contraditório porque, enquanto, no discurso, os neoliberais condenam a participação direta do Estado no financiamento da educação, na prática, não hesitam em aproveitar os subsídios estatais para divulgar seus produtos didáticos e paradidáticos no mercado escolar. (MARRACH, 2006, p.3)

O mesmo autor afirmou que as políticas voltadas à educação beneficiaram a entrada de capitais estrangeiros favorecendo os empresários da educação que se aproveitaram da permissividade envolvendo o uso de verbas públicas tanto na compra de novas instituições de ensino superior como também na manutenção e fortalecimento dos já existentes.

Para Marrach (2006) não há regulação adequada por parte do Estado seja em relação à remessa de lucros ao exterior, à transparência dos investimentos nas IES ou ao controle dos tributos de deveria incidir sobre os valores remetidos para fora do País.

Diante deste cenário ocorreu no Brasil um forte crescimento no ensino superior que favoreceu os processos de fusão e aquisição no setor. Recentemente, por exemplo, foi noticiada pelo jornal “*Valor Econômico*”, uma manchete tratando da possível fusão e aquisição de duas grandes instituições privadas de ensino superior: a Kroton e a Estácio de Sá. Líderes de mercado e até rivais, as duas instituições juntas ficariam com a hegemonia do setor privado no Brasil:

“Kroton está estudando, internamente e de forma sigilosa”, uma potencial combinação de negócios com a rival no setor de educação Estácio Participações, informou a companhia nesta quinta-feira, por meio de fato relevante entregue à Comissão de Valores Mobiliários (CVM). (MACHADO, 2016)

A Kroton Educacional e a Estácio Participações dependiam da aprovação do Conselho de Administração e Desenvolvimento Econômico (CADE)⁹ para realizar a fusão, uma vez que esta agência reguladora tinha o objetivo de evitar a oligopolização do setor e o abuso do poder econômico.

Tavares (2014) afirmou que esta forma de negociação sempre foi comum entre empresas do setor produtivo e do sistema financeiro, mas no setor educacional, foi tratado como algo novo. Tal situação noticiada pelo jornal não foi novidade no setor. Desde a segunda metade dos anos 2000, a imprensa tem noticiado negociações entre instituições de ensino superior privado envolvendo cifras milionárias, cujos valores precisos nem sempre são divulgados, gerando especulações.

Da mesma forma que os valores envolvidos não são divulgados abertamente, também não o são os dados relacionados ao número de alunos envolvidos nas transações e a quantidade de docentes e técnico-administrativos que poderão ser demitidos. A nebulosidade dos dados torna difícil a compreensão das fusões e aquisições no ensino superior privado no Brasil.

Até mesmo no campo acadêmico há poucas pesquisas sobre as fusões de instituições na educação e suas consequências no trabalho docente.

1.2. As fusões e aquisições no ensino superior privado no Brasil

O conceito de fusão e aquisição, segundo Camargos e Barbosa (2003), surgiu no final do século XVIII e início do século XIX, ao longo da denominada segunda fase da

⁹Segundo informações presente no portal eletrônico do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (**CADE**) é uma autarquia federal, vinculada ao Ministério da Justiça, com sede e foro no Distrito Federal, que exerce, em todo o Território nacional as atribuições dadas pela Lei nº 12.529/2011. O **CADE** tem como missão zelar pela livre concorrência no mercado, sendo a entidade responsável, no âmbito do Poder Executivo, não só por investigar e decidir, em última instância, sobre a matéria concorrencial, como também fomentar e disseminar a cultura da livre-concorrência.

Revolução Industrial, sendo uma das formas praticadas pela classe burguesa para concentrar o capital e o patrimônio no contexto da economia européia e norte-americana. Segundo os autores, no continente americano, mais precisamente nos EUA, utilizou-se a expressão *mergermovement* para denominar esta forma de acumulação do capital produtivo. Shwarzbaum (2012) afirmou que no Brasil este mecanismo financeiro se tornou possível graças às reformas do Estado e à implantação do modelo neoliberal a partir da década de 1990.

Pereira e Brito (2014) afirmaram que há uma carência acerca da compreensão do que seja fusão e aquisição, ressaltando que há uma série de explicações que procuram legitimá-las. A definição apresentada por Camargos e Barbosa (2003) pautou-se nas formas adotadas por uma ou um grupo de empresas para manter-se no mercado, afastando a concorrência e reduzindo a quantidade de instituições na disputa de um dado setor.

Os processos de fusões e aquisições constituem uma maneira rápida de uma firma crescer, entrar em mercados, defender-se de aquisições indesejadas, aproveitar oportunidades de investimentos, ou até mesmo de alguns participantes desses processos lucrarem as expensas de outros. (CAMARGOS; BARBOSA, 2003, p.18)

Segundo os mesmos autores, em outubro de 1987, houve um movimento atípico no mercado mundial de ações, pois os valores das mesmas estavam em baixa. Neste momento houve uma variação negativa na Bolsa de Valores de New York que ficou conhecido como *crash* da Bolsa, implicando em dificuldades para novos investimentos ou empreendimentos que se utilizaram de lucros no mercado de ações. Como saída para a crise do capital, os investidores promoveram a expansão de empresas por meio da compra de ações de outras instituições do setor que estavam em condições de instabilidade. Com essa expansão, ocorreram vários processos de fusão e aquisição nos EUA.

A estratégia adotada, segundo Camargos e Barbosa (2003) proporcionou a entrada de novos grupos estrangeiros na economia norte-americana que, em vários casos assumiu o controle acionário de empresas, considerados até então, como sólidas, tradicionais e de organização familiar secular. Os autores afirmaram que houve na época aquisições realizadas de forma hostil visando exclusivamente a expansão de grandes corporações.

Para Pereira e Brito (2014):

[...] as empresas se fundem para alcançar mais facilmente seus objetivos, dentre os quais se destacam como principais: o crescimento ou diversificação; a sinergia; o levantamento de fundos; o aumento da capacidade administrativa ou da tecnologia; o aumento da liquidez dos proprietários e a defesa contra a aquisição de uma sociedade anônima por outra. (PEREIRA; BRITO, 2014, p. 7)

Os supracitados autores afirmam que a estratégia de fusão e aquisição empresarial deixou de ser prerrogativa apenas do mercado financeiro e produtivo e foi incorporada pelo setor educacional, com destaque para o ensino superior privado que assumiu a oferta de vagas como mercadoria e não mais como serviço. Neste sentido, a concorrência tornou-se bastante acirrada como o uso de mecanismo por parte das empresas para manterem-se na liderança do setor, o que representava maior possibilidade de lucro.

As decisões tomadas no âmbito das instituições fossem administradas, jurídicas ou pedagógicas, convergiam para a maximização dos resultados financeiros consoantes com a lógica do mercado, não sendo mensurada a qualidade do ensino ofertada aos alunos.

Para Carvalho (2013, p. 771) o movimento mais recente no mercado educacional brasileiro consiste na abertura de capital e na oferta de ações (*IPOs*)¹⁰ de empresas na BM&F Bovespa, o que se deu em 2007. Segundo o mesmo autor as primeiras instituições que adotaram esta estratégia financeira foram a Anhanguera Educacional, a Kroton Educacional e o Sistema Educacional Brasileiro (SEB). Tais instituições já realizaram um processo anterior de compra de pequenas e médias faculdades que apresentavam uma estrutura de comando com gestão familiar, tomando-as, após a incorporação em IES, voltadas para busca de rentabilidade.

As empresas supracitadas e outras que posteriormente seguiram a mesma trajetória, apoiaram-se, segundo Tavares (2014), no Decreto Federal nº 2.306/1997 que regulamentou o ensino superior no País, permitindo novos arranjos institucionais e favorecendo a expansão do setor.

Sguissardi (2008) também afirmou que o referido decreto reconheceu a educação superior como um bem de serviço comerciável sobre o qual poderia ser obtido lucro ou acumulação. Desta forma, o autor justificou que a norma jurídica favoreceu a desregulamentação dos serviços educacionais dando prosseguimento a um debate que havia acontecido em 1997, na Agenda de Acordos Gerais do Comércio (AGCS) e na Organização Mundial do Comércio (OMC), nas quais se defendiam a comercialização do setor de ensino superior. Camargos e Barbosa (2003) afirmam que as aquisições do ensino superior privado brasileiro seguem o modelo de fusão horizontal, ou seja, são aquelas que envolvem duas empresas do mesmo setor, concorrentes entre si. Este modelo impacta na estrutura de mercado educacional, pois aumenta o poder de mercado ou poder de monopólio, devido a maior concentração de capital, reduzindo assim a concorrência.

A abertura do mercado favoreceu o crescimento das IES privadas. Segundo Tavares (2014), baseando-se em dados obtidos pelo Censo da Educação Superior, entre os anos de

¹⁰ Segundo, consta no portal eletrônico da BOVESPA, o primeiro lançamento de ações no mercado é chamado de Oferta Pública Inicial (também conhecido pela sigla em inglês *IPO – Initial Public Offer*). Após a abertura de capital e a oferta inicial, a empresa poderá realizar outras ofertas públicas, conhecidas como “*Follow on*”

1999 a 2006 houve um crescimento do setor apurado em mais de 200%. O mesmo autor afirmou que o ensino superior privado tornou-se um negócio rentável no qual os investidores souberam aproveitar as possibilidades postas pela legislação que permitiu a expansão pela via não universitária com a compra de pequenas e médias faculdades e institutos:

Um dos pontos de inflexão deste processo de reforma na educação refere-se ao Decreto 2.306/1997 que consagrou a diversificação institucional no ensino superior, estabelecendo a oferta de ensino superior em universidades, centros universitários, faculdades, institutos e escolas superiores, regulando a expansão da educação superior pela via não universitária. Esta nova regulação da educação superior foi uma das principais vias que levaram ao robusto processo de mercantilização do ensino superior. (TAVARES, 2014, p. 66)

Rodrigues (2006) afirmou que diante da intensa possibilidade de movimentação e crescimento institucional do setor privado, o Estado regulador representado pelo Ministério da Educação (MEC), era tido pelos empresários da educação como pouco confiável, já que seus mecanismos de acompanhamento e regulação eram incompatíveis com as necessidades e a realidade do setor privado, dificultando a mercantilização.

Neste sentido, as instituições de ensino superior privado de natureza mercantil, procuraram se fortalecer. Segundo Carvalho (2013), o setor passou a seguir o modelo norte-americano, ligando-se a grandes corporações multinacionais. Tal situação refletiu-se na organização das instituições, uma vez que passaram a estimular o desenvolvimento de trabalho e a produção de tarefas voltadas ao lucro. Desta forma, o autor afirma que as IES distanciaram do modelo de universidade humboldiana apoiado na relação entre ensino, pesquisa e extensão, considerado custoso e pouco lucrativo. Foi estimulada também a modalidade a distância a qual oferece cursos *on-line* centrados em negócios e apropriação das técnicas.

Sobre a característica de mercantilização das instituições de ensino superior privadas, Carvalho (2013) afirmou que esta foi acertada no contexto de disseminação de tecnologias da informação (TI) que permitiram ampliar a oferta com novos formatos de cursos:

[...] por meio da oferta direta de cursos (presenciais e a distância), da produção de materiais instrucionais (livros, apostilas e *softwares*), do surgimento de consultorias empresariais responsáveis tanto pela assessoria de empresas educacionais no mercado financeiro quanto na gestão de recursos ao setor. (CARVALHO, 2013, p.766)

Apesar da abertura do capital nas bolsas de valores do Brasil ter começado em 2007, foi durante a crise mundial do capitalismo ocorrida em 2008 que as fusões e aquisições do setor privado atingiram o maior volume de negócios, segundo afirmou Sguissardi (2008). Carvalho (2013) também discutiu esta questão dizendo que foi entre os

anos de 2007 e 2009 que houve um intenso movimento no setor educacional que, mesmo em período de crise, manteve-se como um negócio rentável:

No ano de 2007, houve 19 aquisições no setor educacional, o que motivou o desmembramento, a partir do ano seguinte, da classificação até então genérica de “outros” para o setor “educação”. Em 2008, foram registradas 53 transações, o que levou o setor à impressionante posição de terceiro lugar no *ranking* nacional. Em 2009, em virtude da crise internacional que assolou o mercado financeiro em geral, e em especial o setor educacional, houve redução acentuada para 12 operações, ainda assim, o setor educacional ocupou a décima segunda posição entre os setores econômicos. Em 2010, ocorreu ligeira recuperação para 20 operações, mantendo-se o mesmo posicionamento, e em 2011 ocorreu novo aumento para 27 operações e a subida de uma posição no *ranking* de transações. (CARVALHO, 2013, p. 769)

Os dados analisados por Carvalho (2013) foram obtidos por empresas de consultoria especializada em gestão educacional, sendo que seus sócios fundadores advêm do meio acadêmico e que ocuparam cargos como a Reitoria de universidades estaduais. São pesquisadores com reconhecida capacidade científica e de gestão pública. Estas empresas de consultoria são globais, independentes e prestam serviços na educação, mais especificamente sobre as trajetórias e possibilidades de fusões e aquisições institucionais. A intervenção destes consultores consiste em modificar o modo de gestão informal nas IES privadas, levando-os ao modelo profissional. Carvalho (2013) apontou que o movimento financeiro indicou a forte presença de grupos de investidores estrangeiros no ensino brasileiro sem que houvesse um controle efetivo dos órgãos reguladores.

A questão da frágil regulação dos processos de fusão e aquisição no setor educacional privado levou um grupo de parlamentares paulistas a iniciar em 2011 na Assembleia Legislativa um trabalho de investigação visando identificar possíveis irregularidades. Desta iniciativa surgiu uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que, após coletar relatos de depoentes, relatos de alunos, cópias de inquéritos, matérias jornalísticas, cópias de contratos de prestação de serviços, entre outros documentos, propôs oficial o Ministério Público Federal (MPF) e o Ministério da Educação (MEC) - alertando-os sobre a situação do setor e nomeando algumas instituições que haviam passado por processo de fusão e aquisição, sobre as quais foram identificados muitos problemas e irregularidades que atentavam ao direito do consumidor.

A sugestão oferecida no relatório final foi abrir uma investigação nacional, com a supervisão do órgão regulador que é o Ministério da Educação e Cultura (MEC), no intuito de fiscalizar, atuar e resolver as irregularidades apontadas, pois a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), aberta pela Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo em 2012,

considerava ser de competência do governo federal a regulação do setor, apurando várias denúncias que chegaram ao Ministério.

As investigações realizadas e o apontamento de problemas e irregularidades não foram suficientes para a redução do processo de fusão e aquisição no setor de ensino superior privado, indicando o quão frágil tem sido o papel regulador por parte do Estado. Desta forma, ampliou-se a mercantilização do setor com presença dos chamados fundos de investimentos. Tavares (2014) classifica fundo de investimento, como um grupo ou associados de investidores interessados em promover aquisições em mercados emergentes:

Um fundo de investimento é uma forma de aplicação financeira, formada por vários investidores, com o objetivo de rentabilidade futura, atuando a partir do capital portador de juros, na esfera que Marx denominará de capital fictício. Trata-se da compreensão de uma forma capital que tem se tornado hegemônica a partir da posição que a fração ligada ao capital portador de juros tem assumido, indicando a concentração e centralização de capitais que são oriundos da esfera produtiva e colocados em processo de valorização fictícia em outras áreas, no caso a educação. (TAVARES, 2014, p. 98)

Em decorrência da crise internacional do capital que se agravou em 2008, os investidores estrangeiros encontraram condições favoráveis no Brasil para aplicação e obtenção de lucros uma vez que, por um lado, as IES privadas ainda mantinham uma organização institucional familiar e pouco profissional e, por outro, havia um Estado com grandes dificuldades para legislar sobre a presença de grupos estrangeiros no setor. Tal fato aumentou a financeirização no ensino superior. Tavares (2014) afirmou que:

Este processo demarca profundas mudanças no ensino superior e apresenta como referência o protagonismo dos fundos de investimentos que compraram inicialmente IES pequenas. A dinâmica de financeirização, que favorece a concentração e centralização de capitais, torna a educação um dos ramos mais rentáveis no setor de serviços. (TAVARES, 2014, p. 116)

Sguissardi (2008) também aborda a frágil regulação do setor:

O que também explica essa efervescência no mercado educacional é, por um lado, a liberdade de atuação de capitais nacionais e estrangeiros permitida pela legislação hoje em vigor e, por outro, a ausência de qualquer limite à participação estrangeira nas mantenedoras ou empresas educacionais. O único limite, de 30% na participação estrangeira em empresas nacionais de ensino superior, não passa de uma proposta incorporada ao Projeto de Lei da Reforma Universitária que tramita no Congresso Nacional sem a menor previsão de aprovação. (SGUISSARDI, 2008, p. 1007)

A financeirização no ensino superior privado, segundo afirmou Tavares (2014), se deu a partir da entrada dos fundos de investimentos (*private equity*) com participação de

capital estrangeiro que passou a investir na América Latina com o objetivo de assumir o controle acionário e financeiro das IES.

O objetivo desta movimentação residia no fato de ser a América Latina um mercado educacional rentável para os investidores. Segundo Tavares (2014), há vários exemplos no Brasil de IES privadas que se associaram ao capital estrangeiro para atuar no mercado financeiro na condição de empresas comerciais submetidas às regras e riscos da economia.

Para Tavares (2014), os gestores dos fundos de investimentos passaram a investir na economia brasileira com o objetivo de protegerem-se da crise do capitalismo de 2008. O mesmo autor cita a hipótese de financeirização do setor educacional na medida em que:

[...] quatro dos cinco maiores grupos educacionais são controlados por fundos de investimentos ligados ao setor financeiro – no caso a Estácio, Unip (Universidade Paulista), Anhanguera, Kroton e Laureate. A Estácio de Sá era controlada pelo fundo GP Investimentos, a Anhanguera pelo Banco Pátria, a Kroton pela *Advent International*, e a Laureate pelo fundo KKY. Além desses também identificamos o *Cartesian Group* na Faculdade Mauricio de Nassau e o banco americano *Best Associates*, do Texas, na UNIJORGE (Centro Universitário Jorge Amado). (TAVARES, 2014, p.99)

Tavares (2014), afirma que o movimento de capitais, via fundos de investimento para aquisição de instituições de ensino, atingiu neste período, o seu melhor momento em 2008, deixando para trás empresas comerciais, industriais e instituições financeiras, que eram setores que tradicionalmente promoviam fusões e aquisições.

(...) em referência ao ano de 2008, das 663 fusões e aquisições, o setor educacional foi responsável por aproximadamente 8% do total e ficando em terceiro lugar no ranking setorial das transações, à frente de setores como a mineração, ramo imobiliário, seguros, atrás somente do setor de tecnologia da informação e alimentos, bebidas e fumo. (TAVARES, 2014, p. 94)

O supracitado autor indicou em sua pesquisa que a primeira tentativa de fusão entre a Kroton Educacional e o Anhanguera Educacional havia sido feita em 2007, momento em que se especulou elevados valores envolvidos na negociação. Nesta ocasião, o Estado, através dos órgãos reguladores, não aprovou a transação que se constituía como exemplo de financeirização:

A unificação destes grupos significaria, à época, mais de 800 unidades de ensino superior e outras 810 escolas privadas, formando o maior conglomerado educacional do mundo, que controlaria aproximadamente 14% das matrículas do ensino superior brasileiro. Este anúncio, recebido com festa e preocupação, apesar de ainda não ter se concretizado, pois ainda não foi autorizado pelo Conselho de Administração de Desenvolvimento Econômico (CADE), órgão deliberativo sobre fusões e incorporação da Presidência da República, já demonstrou outros aspectos que servem para comprovar a hipótese de financeirização. (TAVARES, 2014, p.106)

A crise norte-americana de 2008 e 2009 retraiu os mercados mundiais, diminuindo o ritmo de fusão e aquisição, mas, no Brasil, ressaltam Pereira e Brito (2014), isso não ocorreu. O Sistema Educacional Brasileiro (SEB COC) abriu o capital na Bolsa de Valores em São Paulo (Bovespa) e arrecadou R\$ 470 milhões em um trimestre e, ainda, fez aquisições adquirindo o Grupo Educacional “Dom Bosco”, ampliando assim, sua participação neste ranking.

Shwartzbaum (2012) caracterizou e identificou as motivações das empresas ao adotarem a estratégia de fusão e aquisição ao invés de optarem pelo crescimento e consolidação nos moldes tradicionais do mercado. Para tal, o autor analisou as fusões ocorridas no setor educacional no Brasil utilizando como fonte de pesquisa os relatórios gerenciais de consultoria de mercado publicados no ano de 2012. Além disso, o autor considerou prospectos de ofertas¹¹, informativos e comunicados de grupos educacionais envolvidos em processos de fusão e aquisição, grupos estes que apresentaram alta rentabilidade, tais como Anhanguera Educacional, Estácio Participações e Kroton Educacional.

Os resultados econômicos obtidos demonstram que a fusão e aquisição têm sido uma estratégia de crescimento dos grandes grupos privados de ensino superior no Brasil. Shwartzbaum (2012) apontou que com as fusões e aquisições as empresas têm conseguido aumentar receitas, reduzir custos e despesas e obter benefícios fiscais, gerando aumento nas receitas operacionais. Neste sentido, afirmou o autor, corta-se tudo aquilo que possa interferir nos custos das IES privadas, tais como despesas com pessoal, mesmo que isso signifique risco para a qualidade de ensino ofertado:

[...] pode-se afirmar que os principais componentes da estrutura de custos das empresas de educação superior são: (i) custos de pessoal (corpo docente, apoio docente, encargos sociais e benefícios), (ii) aluguel, condomínio e imposto predial e territorial urbano (IPTU), (iii) material didático e (iv) manutenção, segurança, limpeza e utilidades, além da (v) depreciação, que não é um custo que impacta o caixa. (SHWARTZBAUM, 2012, p.61)

Ainda relacionado aos componentes da estrutura de custos das IES, Mancebo e Vale (2013) apontam os impostos que incidem de forma direta e indireta nas IES. Para as autoras, a isenção do Imposto Predial, Territorial e Urbano (IPTU), permitiu a ampliação e aquisição de imóveis; o Imposto Sobre Serviços (ISS) facilitou a expansão das matrículas e promoveu o crescimento das receitas operacionais, incidindo no faturamento da Estácio Participações, por elas estudado. Além disso, os subsídios governamentais deram

¹¹Segundo a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) o prospecto de oferta deve conter as principais características do Fundo de Investimento (FI), dentre as quais as informações relevantes ao investidor sobre políticas de investimento, riscos envolvidos, bem como direitos e responsabilidades dos cotistas. (Fonte: <http://edgarabreu.com.br/download-apostilas/cpa-10.pdf>)

sustentação e saúde financeira para o setor privado que se aproveitou dos auxílios e financiamentos via BNDES para crescer:

A imunidade do Imposto de Renda (IR) permitiu não apenas a reprodução das atividades, mas foi bastante eficaz na sustentação da saúde financeira das IES. Por sua vez, esta tornava viável o financiamento bancário, o auxílio externo e o recurso a agências de fomento. Para as entidades filantrópicas, a isenção da cota patronal do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), antigo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), facultou a expansão do corpo docente e do pessoal técnico-administrativo porque o aumento da folha de pagamento não engendrava aumento de custos operacionais. (MANCIBO; VALE, 2013, p.85 e 86)

Também estão entre as formas de obtenção de lucros a demissão em massa dos trabalhadores que atuaram nas IES privadas envolvidas em fusão e aquisição. Para obter um retorno parcial dos valores investidos, as IES associam as demissões às práticas de redução salarial, desconsiderando-se as exigências de titulação docente e de planos de carreiras (quando existentes). O objetivo dessa estratégia é reduzir de forma rápida as despesas em folha de pagamento, mantendo-se em equilíbrio as finanças das IES e a alta rentabilidade dos investidores.

Sobre esta problemática, Santos e Guimarães-Iosif (2013) afirmam que:

A concentração de alunos e instituições mudou as relações de trabalho dos professores que passaram a ter que lidar constantemente com as seguintes situações: substituição dos professores em regime integral por regime parcial ou por hora/aula; a recorrente prática de demissão em massa de professores e novas contratações com salários menores; junção de turmas e salas superlotadas (fatores que comprometem a qualidade da educação ofertada); comprometimento da autonomia universitária, da aprendizagem discente e da cidadania docente; desvalorização da função social da universidade. (SANTOS; GUIMARÃES-IOSIF, 2013, p.10)

Desta forma, reafirmando as análises de Santos e Guimaraes-Iosif (2013), Sguissardi (2008), estes autores observaram que as práticas de fusão e aquisição acarretam em alterações no trabalho docente, pois a imposição de um modelo de gerenciamento empresarial, modificações nas formas de contratação e pagamento docente, mudanças nos objetivos educacionais, prevalecendo o financeiro, em detrimento do pedagógico e, assim a já que a frágil regulação dos órgãos públicos não tem sido suficientes para garantir condições mínimas e dignas para os trabalhadores do setor educacional. Neste contexto de fusão e aquisição foram identificados novos modelos de gerenciamento, em vigor e, segundo a análise dos autores, comprometido com o capital. Diante desta nova realidade educacional mercantilizada e transformada em um produto rentável o que ocorreu com o trabalho docente? Quais são as implicações para o trabalho docente?

SEÇÃO 2. O TRABALHO DOCENTE: BREVE DISCUSSÃO CONCEITUAL

As transformações no mundo do trabalho e seus impactos para os trabalhadores tem sido objeto contínuo de pesquisa em diversas áreas do conhecimento, tais como Educação, Sociologia, Psicologia, Administração e Economia.

Uma importante produção acadêmica relacionada a esta questão foi publicada por Antunes (2008) quando apresentou um estudo sobre as mutações e metamorfoses do trabalho e alertou para os efeitos das mudanças socioeconômicas, pós-1980, na reorganização das forças produtivas e, conseqüentemente, no mundo do trabalho.

A “*classe-que-vive-do-trabalho*” (Antunes, 2008, p.51) é tanto masculina como feminina além de diversa, heterogênea e complexa. Esta classe encontra-se na vida social, na esfera da materialidade e na subjetividade, tanto na condição como indivíduo, em sua classe, quanto àquela que advém da relação entre gênero e classe. Com as modificações intensas e dramáticas que afetaram a classe trabalhadora, esta passou a vivenciar uma situação particular no processo produtivo. Mas, para Antunes (2008), as transformações não ocorreram apenas no setor produtivo, mas também no setor de serviços, já que ambos foram afetados pelas mudanças nas formas de acumulação do capital.

Análise semelhante é feita por Alves e Carvalho Junior (2015, p. 81) ao afirmarem que a “*classe-que-vive-do-trabalho*” é a expressão de um momento histórico em que o trabalho não se limita mais ao ambiente institucional. Para os autores, as alterações no mundo do trabalho tomaram conta não só da objetividade, mas também da subjetividade do trabalho que está adoecendo diante de uma nova forma de organização.

O trabalhador docente, como parte que faz da “*classe-que-vive-do-trabalho*”, também sofreu os impactos das mudanças no mundo produtivo ocorridas nas últimas décadas. Para Duarte (2011) o trabalho docente é:

Parte da totalidade constituída pelo trabalho no capitalismo, estando submetido, portanto, à sua lógica e às suas contradições. A sociedade capitalista é recortada por múltiplas dinâmicas específicas da organização produtiva, do político e social, do conhecimento, da tecnologia, do gênero etc. Nessa perspectiva se constroem as dinâmicas sociais que são as formas de organização social, as estruturas particulares de processos mais gerais. Muitas dessas dinâmicas se entrecruzaram no espaço escolar (DUARTE, 2011, p. 163-164)

As transformações no ensino superior, mais especificamente as institucionais, têm provocado alterações no trabalho docente, seja no setor público ou privado. Assim, na vigência do neoliberalismo, foi gerado um novo tipo de trabalhador. Sagrillo (2009) afirma que:

A crise acarreta modificações na organização do trabalho, tornando necessário um novo tipo de trabalhador. Sua gerência demanda ajustes estruturais em vários planos – o econômico, o político, o social, o cultural –, o que ocasiona graves conseqüências, das quais destacamos a crise do trabalho abstrato, cujas manifestações são o desemprego estrutural e a precarização do trabalho. (SAGRILLO, 2009, p.12)

Ao se referir ao trabalho docente, é fundamental apresentar o conceito com o qual estamos aqui trabalhando. Para Oliveira (2010), o trabalho docente é ligado a uma instituição de ensino na qual produz e dissemina conhecimento numa determinada condição de trabalho. A autora define que o trabalho docente:

Compreende, portanto, as atividades e relações presentes nas instituições educativas, extrapolando a regência de classe. Pode-se, assim, considerar sujeitos docentes os professores, educadores, monitores, estagiários, diretores, coordenadores, supervisores, orientadores, atendentes, auxiliares, dentre outros. O trabalho docente não se refere apenas à sala de aula ou ao processo de ensino formal, pois compreende a atenção e o cuidado, além de outras atividades inerentes à educação. (OLIVEIRA, 2010, p.1)

O trabalho docente vai além das atividades realizadas no âmbito institucional envolvendo-se, por exemplo, com o processo de informatização da educação assumindo outras tarefas. Oliveira (2010) alerta-nos sobre a recente ampliação das atividades relativas ao trabalho docente para fora do âmbito institucional, o que obriga a redefinir suas atribuições e o caráter de sua atuação no processo educativo.

Por não existirem na maioria das escolas brasileiras profissionais que possam responder pela assistência aos alunos, os professores acabam por assumir esse papel. Essa é uma razão que nos leva a considerar que o trabalho docente não é aquele que se refere apenas à sala de aula ou ao processo de ensino, ainda que compreendamos que o cuidado e a atenção são constituintes do ato educativo. (OLIVEIRA, 2010, p.2)

Embora Oliveira (2010) analise o trabalho docente na educação básica, podemos ampliar suas considerações para a atuação dos professores no ensino superior no qual eles têm assumido novas e várias tarefas.

Sob esta ética, podemos dizer que há em curso uma reestruturação na organização docente, voltada para um modelo de atuação mais flexível e desregulamentado no âmbito institucional que vem gerando conseqüências para esta categoria profissional. Alves e Carvalho Júnior (2015) afirmam que:

A reestruturação produtiva, que atinge fortemente a educação privada, coloca na ordem do dia a necessidade de se diagnosticar a fundo a relação entre as novas formas de gestão e organização do trabalho e o adoecimento do trabalhador. (ALVES; CARVALHO JÚNIOR, 2015, p.81)

Os autores identificaram que no atual estágio do capital há um processo de precarização das condições de trabalho docente, com reflexo na qualidade de vida, podendo gerar adoecimento. Para Alves e Carvalho Junior (2015) isso decorre das mudanças estruturais e das reformas em curso na educação, favorecidas por um cenário de maior autonomia das IES pós-aprovação da LDB/1996 (Brasil, 1996).

Com as mudanças ocorridas no trabalho docente este se tornou objeto mais frequente de investigações acadêmicas. Para Pereira (2015, p.102), as primeiras investigações sobre o trabalho docente surgiram na década de 1970 e buscavam compreender a docência em sua inter-relação com outras profissões, tendo como temáticas centrais a organização do trabalho docente e a gestão escolar no setor público.

De acordo com o referido autor, estudos sobre o trabalho docente, proletarizado e submetido à intensificação, têm sido mais recentes, já que as alterações que decorrem das transformações motivadas pelo amplo processo de reestruturação e globalização da economia, pelas reformas no Estado brasileiro e pela adoção da lógica neoliberal tornaram-se mais frequentes. Tal contexto provocou impactos sobre o setor educacional e, mais especificamente sobre o ensino superior.

Sagrillo (2009), ao analisar o trabalho docente a partir da produção científica do Grupo de Trabalho e Educação da ANPED e ao destacar o documento produzido pela Rede Estudos sobre trabalho docente, observou que até 2009:

De acordo com o documento produzido pela REDE ESTRADO (2008), estudos apontam o ressurgimento da pesquisa sobre trabalho docente que nos últimos anos viveu uma significativa diminuição, sobretudo no que se refere aos temas relativos às condições de trabalho dos professores. As décadas de 70 e 80 no Brasil apresentaram-se como um período muito fecundo de pesquisas na área de trabalho e educação, resultando em muitos estudos sobre a organização do trabalho docente e a gestão educacional, apresentando em muitos casos uma clara perspectiva marxista. (SAGRILLO, 2009, p. 15 apud REDE ESTRADO, 2008)

A referida autora afirmou que houve, nos últimos tempos, um deslocamento para a análise do trabalho docente relacionado a aspectos culturais e étnicos, gênero, subjetividade docente, mercado de trabalho e competências. As questões relativas à ampliação dos processos de precarização e intensificação do trabalho docente também tem sido recorrentes, embora nem sempre vinculadas ao ensino superior.

Mancebo (2007, p.470, 471) realizou um levantamento de dossiês publicados sobre o trabalho docente, de publicações da REDE ESTRADO e de trabalhos apresentados nas reuniões anuais da ANPED. Ao fazer o balanço, a autora identificou temas recorrentes na literatura percorrida: a precarização do trabalho docente; a intensificação do regime de

trabalho; a flexibilização do trabalho; a descentralização gerencial e os impactos dos sistemas avaliativos.

Dentre os temas levantados por Mancebo (2007) com fundamento na literatura recente, nos interessa aprofundar nesta dissertação aqueles relacionados à precarização e intensificação do trabalho docente. Embora apareçam em muitas situações como temas separados, estão intrinsecamente relacionados enquanto processos que afetam os trabalhadores, mais especificamente aqueles ligados ao setor privado.

O setor de ensino superior privado possui uma configuração competitiva, com um forte aporte empresarial em seu modelo institucional e regimental, como discutido na seção anterior. Desta forma, afeta sobremaneira o trabalho docente, conforme afirmam os autores abaixo:

Com a predominância do ensino privado em nível superior, ele figura como o maior campo de atuação dos docentes. As mudanças na legislação educacional permitem que as instituições privadas possam lançar mão de técnicas de administração típicas de organizações capitalistas como noções de produtividade e eficiência e exige-se dos trabalhadores da educação competências que extrapolam sua formação acadêmica. (ALVES; CARVALHO JÚNIOR, 2015, P.86)

Alves e Carvalho Junior (2015) afirmam que o trabalho docente nas IES privadas está estruturado na acumulação flexível e na remuneração baseada na produtividade. Os docentes estão submetidos a um modelo horista, ou seja, mais da metade das funções docentes no País, segundo os autores, está estruturado em regime de trabalho remunerado por hora/aula que não considera o trabalho realizado fora da instituição de ensino. De acordo com Mancebo (2007, p.40) o contexto atual tem favorecido a implementação de contratos de trabalho mais ágeis e econômicos no ensino superior, constituindo-se a contratação docente como diversificada e fragmentada com muitos professores temporários e facilmente substituíveis.

Dal Rosso (2008, p.179) diz que os docentes que atuam no ensino superior privado convivem com o aumento da carga de trabalho que acontece mediante a atribuição de mais turmas, o que implicaria em mais horas de trabalho tanto dentro da sala como fora da mesma onde o professor realiza atividades como preparação de aulas, correção de trabalho e provas, orientação de alunos, etc. O referido autor afirma que o trabalho docente é moldado pela flexibilidade de horários:

Aliás, podemos dizer que o trabalho de professor é exemplo típico disso. Primeiro, porque o contrato de trabalho feito na rede privada é sempre por número de horas a lecionar e não por períodos fixos de vinte, trinta ou quarenta horas. Em segundo lugar, porque essas horas não precisam ser sequenciais, podendo variar por dias da semana, período diurno e noturno, semestres, etc. Nesses termos, o trabalho docente privado representa o ápice da flexibilidade. (DAL ROSSO, 2008, p.179)

Ainda sobre essa questão, Dal Rosso (2008) aponta que a reestruturação produtiva que vivemos nas últimas décadas está acabando com os “*empregos*” nos quais há uma relação empregatícia com salário fixado em contrato de trabalho e criando “*trabalhos*” que modificam os vínculos com os postos de atuação, fazendo o trabalhador mais tarefas em um mesmo tempo.

O referido autor identifica e caracteriza alguns setores profissionais que vivenciam um processo de intensificação do trabalho, tais como bancos e finanças; telefonia e comunicações; supermercados; construção civil; setor público e ensino e ensino privado. Segundo ele, o ensino privado, em especial, apresenta frequentes casos de jornadas de trabalho inauditas, cuja duração assemelha-se às praticadas no auge da Revolução Industrial.

Para explicar o que é intensificação do trabalho, Dal Rosso (2008) recorre à análise da atividade laboral de algumas categorias e para tal utiliza-se da noção de polivalência. O autor cita, por exemplo, o caso de um trabalhador cuja função original é operadora de caixa. Quando não há clientes, este operador passará para outras funções, como estoquista, empilhador ou outras que lhe forem designadas. Define-se assim, o sentido da polivalência, desdobrando-se o trabalho em várias funções, impedindo assim o descanso, aumentando a intensidade e descaracterizando a função original. Neste sentido, segundo (DAL ROSSO, 2008, p.14), “a abrangência das mudanças seria ampla, pois abarcaria o tipo de remuneração, a distribuição dos tempos de trabalho, as condições, as tarefas, o trabalho polivalente, além da intensidade [...]”.

O trabalho polivalente, segundo Dal Rosso (2008) faz com que o trabalhador se desdobre em várias funções, tornado praticamente impossível usufruir dos pequenos intervalos de descanso, previstos por lei¹². Assim, diante desta nova configuração, o trabalho se intensifica, exigindo num mesmo intervalo de tempo maior desempenho do trabalhador, mais consumo de energia pessoal, física, emocional e cognitiva.

O trabalho, seja autônomo ou heterônomo, assalariado ou cooperativo, escravo ou servil, camponês, operário ou intelectual é realizado sempre com um grau de intensidade que envolve gasto de energia e esforço. Para Dal Rosso (2008) a noção de intensidade supõe que:

[...] que a atenção esteja concentrada sobre a pessoa do trabalhador, sobre o coletivo dos trabalhadores, e não sobre outros componentes do processo

¹² CLT – Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Art. 71 – Em qualquer trabalho contínuo, cuja duração exceda de 06 (seis) horas, é obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação, o qual será, no mínimo, de 01 (uma) hora e, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário, não poderá exceder de 02 (duas) horas.

§ 1º - Não excedendo de 06 (seis) horas o trabalho, será, entretanto, obrigatório um intervalo de 15 (quinze) minutos quando a duração ultrapassar 04 (quatro) horas.

§ 2º – Os intervalos de descanso não serão computados na duração do trabalho.

de trabalho que têm capacidade de alterar os resultados, tais como as condições tecnológicas. (DAL ROSSO, 2008, p.20)

No âmbito do capitalismo contemporâneo, Dal Rosso (2008) afirma que a análise da intensidade está voltada para os resultados laborais, ou seja, exigindo um maior consumo de energia e envolvimento do trabalhador no exercício cotidiano de suas atividades. Sobre a intensidade, o autor afirma que esta se relaciona a condições de trabalho que “determinam o grau de envolvimento do trabalhador, seu empenho, seu consumo de energia pessoal, seu esforço desenvolvido para dar conta das tarefas a mais [...]” (Dal Rosso, 2008, p.23)

Já definir a intensificação para Dal Rosso (2008) significa compreender os processos da natureza de trabalho e também o dispêndio das capacidades físicas e cognitivas e emotivas do trabalhador, que tem elevado quantitativa ou qualitativamente os resultados laborais.

Para Apple (1998), teórico que estudou o processo de intensificação dos trabalhadores educacionais nos EUA, este tem:

[...] vários sintomas, do trivial ao mais complexo – desde não ter nenhum tempo sequer para ir ao banheiro, tomar uma xícara de café, até ter uma falta total de tempo para conservar-se em dia com sua área. Podemos ver a intensificação operando mais visivelmente no trabalho mental, no sentimento crônico de excesso de trabalho. (APPLE, 1998, p.9)

Apple (1998) relata que foram percebidas pelos professores norte-americanos tarefas sendo realizado fora do seu horário de trabalho, durante os intervalos, antes do início das aulas e após o término da jornada de trabalho. A intensificação, assim como a autointensificação é a busca quase obstinada de perfeição, buscando muitas vezes, cumprir tarefas e atividades educacionais fora do âmbito escolar. Gera-se assim a sobrecarga de trabalho.

Dal Rosso (2008, p. 23) explica que no contexto atual os ganhos de produtividade podem estar relacionados à majoração do esforço daqueles que trabalham. Não se trata apenas de uma mudança de técnicas ou do surgimento de novas formas de organização laboral, mas, principalmente de condições de trabalho “que determinam o grau de envolvimento do trabalhador, seu empenho, seu consumo de energia pessoal, seu esforço para dar conta das tarefas a mais”.

O referido autor afirma que a reorganização do capitalismo, fenômeno global e contemporâneo, é responsável pela intensificação do trabalho. Para aumentar a produção eleva-se o número de horas de trabalho no limite do possível e, com o uso das tecnologias, exige-se que os trabalhadores se adaptem aos novos ritmos implantados nos setores produtivos.

Nos novos ritmos da produção o “*não trabalho*”, considerado por Marx como “*tempo poroso*” não produz valor. Assim, os empregadores, ao contrário dos trabalhadores, tendem a eliminar as porosidades para produzir mais valor e obter mais lucro. Desta forma, há maior gasto de energia vital do trabalhador para obtenção de resultados laborais, intensificando o trabalho, já que se mantém a jornada, mas com a exigência de realização de um maior número de tarefas e funções que são realizadas com o objetivo de manutenção do emprego.

No ensino superior privado marcado por processos de fusão e aquisição, são estabelecidas metas que implicam em novas tarefas para além da docência. Dos professores são cobrados resultados que se traduzem em cobranças relacionadas, por exemplo, à redução da evasão e captação de novos alunos. Dal Rosso (2008) afirma que os novos modelos de gestão elevam a cobrança dos professores que tendo reduzida sua autonomia veem-se diante da exigência de serem polivalentes, versáteis e flexíveis. Há para o autor uma nova “*ética*”:

Na onda dessa administração por cobranças, que emprega o controle e a repressão como instrumento corriqueiros de educar os professores, são constantes as referências a uma determinada ética da *responsabilidade* que deveria transparecer em comportamentos tais como *pontualidade* e cumprimento dos deveres. (DAL ROSSO, 2008, p.178 grifos do autor)

Tanto para Dal Rosso (2008) como para Apple (1998) aumenta-se a intensificação do trabalho à medida que a evolução que a educação é tratada como negócio comercial rentável submetido à gestão de recursos. Sobre isso, Santos e Guimarães-Iosif (2012) apontam que no contexto de fusão e aquisição:

A concepção de universidade dos grandes grupos educacionais é focada na gestão por resultados, que atua em consonância com as normas políticas capitalistas neoliberais, que visam à intensificação do trabalho frente à racionalização dos custos. Nessa perspectiva, alunos são vistos como clientes e os professores como meros operários. (SANTOS; GUIMARÃES-IOSIF, 2012, p.12)

Os mesmos autores afirmam que diante de um novo cenário, os trabalhadores docentes convivem com a ampliação da pressão por conta dos riscos de demissão, notadamente nas situações que envolvem fusão e aquisição, já que os investidores exigem retorno dos valores apontados. Para eles, essa situação acarreta também em intensificação do trabalho:

Com o domínio do setor, as redes de ensino, que estão em um processo crescente de fusões e aquisições institucionais, adquiriram uma posição altamente privilegiada e impõem um ritmo de intensificação do trabalho docente. Nesse cenário, os docentes se veem obrigados a conviver diariamente com a insegurança em relação à demissão, a possível substituição por outro docente a qualquer momento e a lidar com jornadas

de trabalho ampliadas diante da quantidade de alunos em sala de aula. (SANTOS e GUIMARÃES-IOSIF, 2012, p.12/13)

Segundo os autores, a intensificação está diretamente relacionada com o processo de precarização do trabalho, não sendo exclusivos do ensino superior privado, estes fenômenos se fortalecem diante das condições geradas pelas fusões e aquisições no setor que, favorecido pela frágil regulamentação trabalhista, facilita o desgaste das relações de trabalho docente.

A precarização do trabalho docente segundo Marin (2010) não pode ser analisado em separado das mudanças que afetam o mundo do trabalho de maneira geral. De acordo com a autora a precarização está diretamente associada às mudanças no mundo produtivo que se expressam em arrocho salarial, redução dos direitos trabalhistas e alterações nas jornadas de trabalho.

Para Fernandes (2010) a precarização refere-se ao “surgimento de novas formas de trabalho a partir de um processo de mudanças estruturais no capitalismo, que procura garantir competitividade às empresas por meio da flexibilização das relações de trabalho.”

Os referidos autores afirmam que a precarização deriva da precariedade das relações de trabalho já que no contexto neoliberal as responsabilidades antes dadas aos empregadores passaram a ser transferidas aos trabalhadores. Neste contexto tornaram-se comuns as ocupações temporárias, a ampliação da força de trabalho e a insegurança em face da manutenção do emprego que convivem com a redução da resistência coletiva, uma vez que o papel dos sindicatos se fragiliza.

Desta forma, considerando as mudanças ocorridas nos últimos anos no setor de ensino superior privado no Brasil, podemos dizer, com o aporte da literatura, que o trabalho docente está entre as categorias profissionais mais afetadas pelas práticas flexíveis de contratação.

Neste sentido, realizamos um levantamento na produção acadêmica sobre o tema trabalho docente no ensino superior privado, procurando identificar se há análises de IES no contexto das fusões institucionais. As pesquisas identificadas forma empíricas; qualitativas (revisão de literatura) ou qualitativas. Quais são os programas de pós-graduação que mais produziram pesquisas sobre o tema pelo país? Qual a natureza destes programas de pós-graduação? Público (federais ou estaduais) ou privado? Destes programas de pós-graduação, qual a área que mais produziu? São perguntas que precisam ser respondidas, para assim, identificar que tipo de pesquisa vem sendo produzido, nestes dez anos, nos diversos programas de pós-graduação, pelo Brasil.

SEÇÃO 3. A PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE O TRABALHO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR PRIVADO: UM BALANÇO DAS PESQUISAS

Nesta seção apresentamos uma análise sobre a produção acadêmica relativa ao trabalho docente no ensino superior privado. Esta produção foi obtida exclusivamente pela internet e foram consultados o Banco de Teses e Dissertações da CAPES, a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e as bibliotecas virtuais de algumas universidades depositárias, tais como a Unicamp, UFU, UFSC, UERJ e outras.

O objetivo do levantamento foi identificar e analisar a produção acadêmica relacionada ao tema “Trabalho docente” no ensino superior privado no Brasil, considerando-se mais especificamente o contexto recente de fusão e aquisição ocorrido ante ao movimento de mercantilização da educação. Também procuramos identificar nas teses e dissertações as principais tendências e abordagens de análise presentes nas pesquisas.

O processo de busca ocorreu em três etapas. A primeira voltou-se à reelaboração do processo de pesquisa com a definição dos objetivos e hipóteses para investigação. A segunda etapa começou a ser feita por ocasião da elaboração do relatório de qualificação e a última quando da redefinição da pesquisa após as considerações da banca.

Ao longo deste processo foi definido o recorte temporal para o levantamento bibliográfico. Desta forma, definiu-se o período de dez anos (2006-2016), já que este corresponde ao momento de intensificação do processo de fusão e aquisição no ensino superior privado, como discutido na Seção 1.

A opção metodológica justifica-se por ser o levantamento bibliográfico atividade essencial no processo de pesquisa, sendo a partir dele que se adquire familiaridade com determinada área e ou temática de investigação.

De acordo com Luna (2000) a seleção dos artigos que compõem a revisão não é aleatória. A seleção, neste sentido, dá-se a partir da contribuição de pesquisas consideradas relevantes em função da problemática estabelecida.

Para o levantamento bibliográfico junto aos já referidos banco de dados, foi utilizado o descritor “trabalho docente”. Este descritor foi associado ainda a outros que nos pareceram importantes para a seleção da amostra, tais como: ensino superior privado; fusão e aquisição no ensino superior e mercantilização do ensino.

Dos trabalhos localizados foram desconsiderados aqueles que se referiam ao trabalho docente na educação básica, bem como aqueles que tratavam de questões como formação e identidade docente ou aqueles que se referiam à atuação de tutores na EaD e à atuação docente em áreas quilombolas ou indígenas. Também foram excluídas as pesquisas sobre o trabalho docente no ensino superior público, já que este setor tem configurações e formas de contratação bastante distintas em relação ao setor privado.

Desconsiderou-se ainda a produção acadêmica relativa à fusão e aquisição no setor financeiro e industrial.

Desta forma foram consideradas para análise, após leitura dos resumos e palavras-chave, 26 pesquisas acadêmicas, sendo 15 dissertações de mestrado e 11 teses de doutorado as quais estão sistematizados no quadro síntese abaixo:

Quadro nº 1 – Síntese do levantamento bibliográfico por ano de defesa

	Nível (M/D)	IES	Programa	Título	Autor	Orientador	Ano Defesa
01	D	UnB	Sociologia	O trabalho docente nas instituições de ensino superior privado em Brasília.	SIQUEIRA, Tânia Cristina Alves	Profª Drª Fernanda Antonia da Fonseca Sobral	2006
02	M	UFU	Educação	O ensino superior privado em Uberlândia: precarização do trabalho docente.	DIAS, Adelino. José de Carvalho	Prof. Dr. Carlos Alberto Lucena	2006
03	D	UFRGS	Sociologia	Demissão: uma ruptura na trajetória profissional de professores do ensino superior privado	COGO, Paulo Sergio Fernandes	Profª Drª Lorena Holzmann	2008
04	M	UFU	Educação	O ensino superior e a reestruturação produtiva do mundo do trabalho: o impacto da precarização nas relações de trabalho dos docentes no ensino superior em Uberlândia	FRANÇA, Polyana Imolesi Silveira	Profª Marilúcia de Menezes Rodrigues	2008
05	M	UFSM	Educação	Mercantilização da educação e docência em instituições de ensino superior privado	NONNENMACHER, Solange	Profª Drª Maria Aleth Pereira	2008
06	M	UNINOVE	Educação	Cooperativas de trabalho de professores no ensino superior na cidade de São Paulo: uma forma de precarização do trabalho docente (1994-2005)	OLIVEIRA, Sergio Macedo	Prof. Dra. Ivanise Monfredini	2008
07	M	UECE	Educação	A precarização do trabalho docente universitário dos anais da ANPED: uma análise crítica de estudos selecionados.	SILVA, Simone César	Profª Drª Susana Vasconcelos Jimenez	2008

**Fonte: Banco de Teses e Dissertações da CAPES, BDTD e Bibliotecas Virtuais.
Autoria própria**

(Continuação)

	Nível (M/D)	IES	Programa	Título	Autor	Orientador	Ano Defesa
08	D	UERJ	Psicologia Social	Trabalho docente no ensino superior: análise das condições de saúde e de trabalho em instituições privadas do estado do Maranhão	LEDA, Denise Bessa	Profª Drª. Deise Mancebo	2009
09	D	UERJ	Políticas Públicas e Formação Humana	A Metamorfose do trabalho docente no ensino superior: Entre o Público e o Mercantil	SILVA, Maria Emília Pereira	Prof. Dr. Gaudêncio Frigoto	2009
10	D	UERJ	Políticas Públicas e Formação Humana	Mercantilização do ensino superior: as consequências das mudanças produtivas para os docentes do ensino superior	OURIQUE DE ÁVILA, Sueli Fátima	Profª. Drª Deise Mancebo	2010
11	D	USP	Educação	A condição do professor do ensino superior privado: características estruturais da atividade docente e os processos de transformação nas relações de trabalho	CAMARGO, Luis Fernando de Freitas	Profª Drª Núria Hanglei Cacete	2012
12	D	UNICAMP	Educação	Os impactos das condições de trabalho sobre a subjetividade do professor de ensino superior privado de Campinas	LIMA, Liliana Aparecida	Profª. Drª. Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira	2012
13	M	UNIGRANRIO	Administração	Professor: profissão de risco. A percepção das condições de trabalho por docentes em IES privadas no Rio de Janeiro	FERREIRA, Paula Cristina Afonso Santos	Profª Drª Rejane Prevot Nascimento	2012
14	M	USP	Psicologia escolar e do Desenvolvimento Humano	O professor universitário na sociedade administrada: expressões da violência no ensino superior privado	RAMOS, Carlos Eduardo	Prof. Dr. Pedro Fernando da Silva	2012
15	M	UNICAMP	Educação	A atuação docente no ensino superior brasileiro: migrações de universidade privadas para públicas	BAESSO, Ilara Sanchez.	Prof. Dr. Salvador Antônio Meireles Sandoval	2013
16	M	UNIUBE	Educação	Trabalho e sofrimento psíquico dos professores universitários no capitalismo flexível.	JILOU, Vivian	ProfªDrª Sálua Cecílio	2013

Fonte: Banco de Teses e Dissertações da CAPES, BDTD e Bibliotecas Virtuais.
 Autoria própria

(Continuação)

	Nível (M/D)	IES	Programa	Título	Autor	Orientador	Ano Defesa
17	D	UFPA	Educação	A precarização do trabalho e o adoecimento docente em instituições de ensino superior privadas / mercantis.	FARIAS JUNIOR, Raimundo Sérgio	Profª Drª Olgaíses Cabral Maués	2014
18	D	UFES	Educação	A intensificação do trabalho docente no processo de financeirização da educação superior: o caso da KROTON no Estado do Espírito Santo	SEBIM, Charlini Contarato	Prof.ª Drª Gilda Cardoso de Araújo	2014
19	D	UNICAMP	Educação	Trabalho docente no ensino superior privado: uma análise das políticas retributórias e seus efeitos	RODRIGUES FILHO, Jose Alberto Florentino.	Prof. Dr. Luis Enrique Aguilar	2015
20	D	DOM BOSCO	Educação	Grandes oligopólios da educação superior e a gestão do grupo Anhanguera Educacional (2007-2012)	RUAS, Claudia Mara Stapani.	Profª Drª Regina Tereza Cestari de Oliveira	2015
21	M	UNIR	Educação	Organização sindical e precarização do trabalho docente nas instituições privadas de ensino superior em Rondônia	BOHN, Rudhy Marssal	Profª Drª Marilisa Miranda Souza	2015
22	M	UNIUBE	Educação	Reorganização do trabalho docente pelas tecnologias digitais: possibilidades e limites em uma instituição de ensino superior privado'	CUNHA, Norival Carvalho	Profª; Drª Sálua Cecílio	2015
23	M	UFBA	Psicologia	Estresse psíquico em professores do ensino superior privado: um estudo em Salvador - BA.	ESTEVES, Maria Fabiana Damásio. Passos	Profª Drª Sônia Regina Pereira Fernandes	2015
24	M	UFU	Educação	Trabalho e educação: as estratégias de controle e precarização do trabalho docente nas instituições privadas a partir do ano 2000.	PEDROSO, Sandra Gramlich	Profª Drª Fabiane Santana Previtali	2015
25	M	UNIUBE	Educação	Trabalho docente no ensino superior à distância: estado do conhecimento	SILVA, Glaucia Elí	Profª. Drª. Sálua Cecílio	2015
26	M	UNICAMP	Educação	Mercantilização da educação e precarização das relações de trabalho docente: o ensino superior privado e atuação do sindicato dos professores em Guarulhos.	SOUSA, Andrea Luciana Harada	Prof. Dr. Evaldo Piolli	2015.

Fonte: Banco de Teses e Dissertações da CAPES, BDTD e Bibliotecas Virtuais.
 Autoria própria

Diante dos trabalhos selecionados buscamos alguns dados importantes para compreensão da produção acadêmica no país no tocante ao trabalho docente no ensino superior privado.

O primeiro dado relacionou-se à vinculação do programa de pós-graduação de origem das pesquisas, visando identificar se os mesmos haviam sido produzidos em instituições públicas estaduais ou federais ou em instituições privadas e/ou confessionais. Neste sentido, os 26 trabalhos foram produzidos predominantemente em instituições públicas estaduais e federais, tais como UFU (3), UERJ (3) e UNICAMP (4). Dentre as instituições privadas destacou-se a UNIUBE (3), localizada em Uberaba (MG). De maneira geral, sobre a produção acadêmica relacionada à natureza da instituição temos a seguinte situação:

Tabela nº 01 – Produção segundo natureza da instituição.

	IES Públicas Federal	IES Pública Estadual	IES Privada
2006	02	00	00
2008	03	01	02
2009	00	02	00
2010	00	01	00
2012	00	03	01
2013	00	01	01
2014	02	00	00
2015	03	02	02
TOTAL	10 (38,46%)	10 (38,46%)	06 (23,08%)

Fonte: Banco de Teses e Dissertações da CAPES, BDTD e Bibliotecas Virtuais.

Autoria própria

Juntas as instituições públicas federais e estaduais produziram no período de 2006 a 2016 aproximadamente 80% das pesquisas sobre trabalho docente no ensino superior privado.

Em relação aos programas de pós-graduação de origem das pesquisas identificamos que a grande maioria foi produzida na área de Educação (18 pesquisas). Tal fato é um indicativo de que esta área de conhecimento tem se preocupado com as condições de trabalho e com os impactos das fusões e aquisições para os docentes, seja a partir de suas possibilidades de organização e resistência ou mesmo sobre os efeitos na organização do trabalho.

Além das pesquisas localizadas na área da Educação identificamos teses e dissertações em programas de pós-graduação em Psicologia (3), Sociologia (2), Políticas Públicas (2) e Administração (1). Este é um dado interessante, pois nos indica que áreas afins à Educação também têm se interessado pelas questões relativas ao trabalho docente,

seja por conta de aspectos mais ligados à saúde do professor e à sua organização coletiva ou ainda aos aspectos ligados à políticas educacionais recentes e seus impactos nas instituições privadas de ensino superior.

Em função dos Programas nos quais as pesquisas foram realizadas produzimos o seguinte quadro síntese:

Quadro nº 2: Produção por programa de pós-graduação.

Programa	Autor	Ano	IES	Nível
EDUCAÇÃO	DIAS	2006	UFU	M
	FRANÇA	2008	UFU	M
	NONNENMÄCHER	2008	UFSM	M
	OLIVEIRA	2008	UNINOVE	M
	SILVA	2008	UECE	M
	CAMARGO	2012	USP	D
	LIMA	2012	UNICAMP	D
	BAESSO	2013	UNICAMP	M
	JILOU	2013	UNIUBE	M
	FARIAS JUNIOR	2014	UFPA	D
	SEBIM	2014	UFES	D
	RODRIGUES FILHO	2015	UNICAMP	D
	RUAS	2015	DOM BOSCO	D
	BOHN	2015	UNIR	M
	CUNHA	2015	UNIUBE	M
	PEDROSO	2015	UFU	M
	SILVA	2015	UNIUBE	M
SOUSA	2015	UNICAMP	M	
Programa	Autor	Ano	IES	Nível
PSICOLOGIA	LEDA	2009	UERJ	D
	RAMOS	2012	USP	M
	ESTEVEES	2015	UFBA	M
Programa	Autor	Ano	IES	Nível
SOCIOLOGIA	SIQUEIRA	2006	UnB	D
	COGO	2008	UFRS	D
Programa	Autor	Ano	IES	Nível
POLÍTICAS PÚBLICAS	SILVA	2009	UERJ	D
	OURIQUE DE ÁVILA	2010	UERJ	D
Programa	Autor	Ano	IES	Nível
ADMINISTRAÇÃO	FERREIRA	2013	UNIGRANRIO	M

Fonte: Banco de Teses e Dissertações da CAPES, BDTD e Bibliotecas Virtuais.
Autoria própria

Quanto ao ano de produção das teses e dissertações verificamos que elas se distribuíram ao longo do período considerado nesta pesquisa - 2006 a 2016 - sendo os anos de 2008 (5 trabalhos) e 2015 (8 trabalhos) aqueles que apresentam o maior número de trabalhos defendidos. O avanço do processo de fusão e aquisição de IES privadas no Brasil, segundo nosso levantamento vem despertando novos estudos e pesquisas, dentro dos programas de pós-graduação. Análises acadêmicas identificando os efeitos deste processo sobre o trabalho docente vêm se constituindo em um importante objeto de pesquisa, ainda que recente, em outras áreas que não seja somente a educação, como por exemplo a

sociologia do trabalho, psicologia social, psicologia escolar do desenvolvimento humano, políticas públicas e a formação humana e administração.

A leitura do conjunto de pesquisas selecionado nos aponta um padrão analítico. De maneira geral, as pesquisas partem da explicação do contexto sociopolítico e econômico no qual as IES estão inseridas, indicando que a compreensão do trabalho docente não está desvinculada da noção de trabalho no universo capitalista dominado pelos princípios neoliberais que introduziam a mercantilização do setor.

Desta forma, a totalidade das pesquisas analisa as alterações recentes na organização do capital (variando-se o recorte temporal) e suas implicações para os trabalhadores. Há maior ênfase na análise das reformas educacionais ocorridas no Brasil pós-década de 1990, momento no qual ampliou-se a influência de organismo internacionais, tais como o Banco Mundial (BM), respaldado por ações coletivas como o Consenso de Washington e a Conferência Mundial sobre a Educação Superior.

Nas pesquisas analisadas há predomínio dos referenciais de base teórica marxista, adotando-se como referencial central os escritos de *Karl Marx* ou de teóricos contemporâneos como o húngaro *István Mészáros* e o britânico *Perry Anderson*. Os autores brasileiros advindos da Economia do Trabalho também foram identificados em parte das análises apresentadas pelas pesquisas. Neste caso são referências importantes: *Ricardo Antunes*, *Giovanni Alves* e *Paul Singer*. Autores advindos do campo da Educação também aparecem com grande frequência, caso de *Dalila Andrade de Oliveira*, *Waldemar Sguissardi* e *Gaudêncio Frigotto* que têm se dedicado à compreensão das reformas educacionais recentes na América Latina e no Brasil.

Quanto ao tipo de pesquisa realizada identificamos que predominaram nos estudos sobre trabalho docente nas IES privadas as investigações empíricas que totalizaram 17 estudos. As pesquisas empíricas fizeram uso de procedimentos de coleta de dados como os questionários e as entrevistas e, muitas vezes, utilizaram a análise documental para complementação dos dados. Entre as pesquisas empíricas, os professores foram os sujeitos investigados em todas as situações. Em três pesquisas também foram incluídos outros sujeitos como coordenadores, diretores e mantenedores. Uma das pesquisas localizadas dedicou-se à investigação de natureza bibliográfico-documental e oito estudos foram de base documental, aparecendo entre os objetos de análise a legislação nacional sobre ensino superior, os Anais de Associações de Pesquisa, os periódicos de áreas específicas do conhecimento e os documentos institucionais.

As pesquisas sobre trabalho docente tomaram como unidade de análise a organização institucional e os reflexos na atuação profissional em diferentes regiões do Brasil. Cinco pesquisas, notadamente de natureza documental, analisaram as alterações no trabalho docente no Brasil, de maneira geral, debruçando-se sobre questões relativas ao

sofrimento psíquico dos professores, Esteves (2015); à análise dos anais da ANPED, Silva (2008) e Ourique de Ávila (2010); à interpretação do trabalho docente na educação a distância por meio do estado de conhecimento, Silva (2015); e às metamorfoses do trabalho docente no Brasil, Silva (2009). Outros 21 trabalhos selecionados consideram o trabalho docente no ensino superior privado em algum estado específico do Brasil. A região Sudeste é a que concentrou o maior número de pesquisas, especificamente de natureza empírica. O Estado de São Paulo teve sete pesquisas: Baesso (2013); Oliveira (2008); Ramos (2012); Sousa (2015); Camargo (2012); Lima (2012); Rodrigues (2015); seguido por Minas Gerais com cinco pesquisas: Cunha (2015); Dias (2006); França (2008); Jilou (2014); Pedroso (2015). Rio de Janeiro e Espírito Santo com uma pesquisa cada um, sendo: Ferreira (2012) e Sebim (2014).

A região mais populosa do País, Sudeste (MG, SP, RJ e ES), e com maior número de instituições de ensino superior é também a que concentrou o maior número de investigações sobre as alterações no trabalho docente diante do novo contexto educacional. Tal fato também se justifica por ser uma região com maior número de programas de pós-graduação e também aquela que possui grande contingente de docentes atuando no ensino privado; portanto, vivenciando situações específicas de precarização e intensificação no trabalho como apontam as pesquisas.

As demais regiões do País apresentaram sete pesquisas no total, sendo duas no Rio Grande do Sul (Região Sul): Nonnenmacher (2008); Cogo (2008); dois trabalhos na Região Norte, produzidas por: Farias Junior (2014), no Pará, e Bohn (2015) em Rondônia; duas no Centro-Oeste: Ruas (2015), no Mato Grosso do Sul, e Siqueira (2006), no Distrito Federal; e na Região Norte a pesquisa de Leda (2009) realizada sobre o ensino superior privado no Maranhão. Os dados das pesquisas indicam que o tema, trabalho docente esta na agenda nos diversos programas de pós-graduação e, vem se tornando uma preocupação nacional, diante da expansão do ensino superior privado no país a partir dos anos de 1990. Identificamos análises sobre as importantes influências da expansão do ensino superior sobre o trabalho docente, em especial no segmento privado, mesmo nas regiões brasileiras com menor concentração de IES privadas.

3.1. O que as pesquisas apontam sobre o trabalho docente no ensino superior privado no Brasil.

A partir da leitura dos 26 trabalhos selecionados organizamos os mesmos em função dos elementos centrais apontados e discutidos pelos pesquisadores. Desta forma, estabelecemos dois grandes eixos de análise a partir dos resultados apresentados pelas

pesquisas: a) sobre as Implicações para o trabalho docente; b) sobre as Implicações para a organização coletiva dos docentes.

a. Implicações para o trabalho docente.

Neste eixo foram agrupados treze pesquisas, produzidas em diferentes programas de pós-graduação que tratavam do trabalho docente no ensino superior privado e que abordavam, direta ou indiretamente, as consequências do atual contexto de fusão e aquisição para os trabalhadores. Neste sentido, foram incluídas aqui as nove pesquisas que abordaram questões como intensificação e precarização do trabalho, adoecimento dos professores, processos de demissão docente, controle e redução da autonomia, etc.

As implicações do contexto econômico atual derivado de um novo modo de organização do capital foram o mote inicial de discussão dos estudos de Siqueira (2006), Cogo (2008), Leda (2009), Ramos (2012), Esteves (2015), Ferreira (2012), Silva (2009), Ourique de Ávila (2010), Dias (2006), Camargo (2012), Jilou (2014), Oliveira (2008) e Sousa (2015).

Os autores supracitados, juntamente com Baesso (2013), Bohn (2015), Nonnenmacher (2008), Lima (2012), Rodrigues Filho (2015), Ruas (2015), Sebim (2014), Siqueira (2006) e Silva (2006), analisaram o atual contexto de alterações no trabalho docente no ensino superior privado, explorando questões como mercantilização do setor, financeirização, oligopolização, fusão e aquisição.

As pesquisas citadas também colocaram em evidência um novo tipo de relação estabelecida entre as instituições e o corpo docente em função de um modelo institucional de base empresarial. Neste sentido, as pesquisas apontam para novas formas de contratação mais flexíveis e voltadas à obtenção de maiores lucros por parte das instituições, expondo as fragilidades dos planos de carreira e das convenções coletivas bem como do papel regulador do Estado que não tem assumido suas atribuições disciplinadas na legislação vigente.

As pesquisas citadas discutem ainda os impactos do novo modelo institucional para a relação aluno/IES. Na perspectiva mercantil acentuou-se a perspectiva do aluno como cliente a quem é oferecido, muitas vezes, um serviço educacional de baixa qualidade.

Considerando que 17 pesquisas recorreram à coleta de dados diretamente com os sujeitos envolvidos no trabalho docente, os professores, podemos afirmar que as percepções que eles têm sobre a própria atividade laboral confirmam o cenário marcado pelos processos de precarização e intensificação, discutidas na seção 2.

As contratações de professores horistas, com regimes flexíveis de trabalho que assumem salas superlotadas e aos quais se paga um salário baixo, indicando uma carreira

profissional frágil, é discutido nas pesquisas de Silva (2009), Baesso (2013), Ferreira (2012), Ramos (2012), Camargo (2012), Cogo (2008) e Siqueira (2006). Tais pesquisas confirmaram que os contratos voltam-se quase exclusivamente às atividades de ensino, reduzindo a atuação das IES na extensão e na pesquisa.

Outras pesquisas apontam para formas de contratação alternativas que trazem prejuízo, por um lado aos trabalhadores docentes e, por outro, reduzem os custos operacionais das IES, desobrigando-as dos compromissos trabalhistas e aumentando a rentabilidade de investidores e mantenedores.

Oliveira (2008) analisou as cooperativas de trabalho de professores na cidade de São Paulo e, após pesquisa de campo, confirmou que as mesmas têm sido criadas e organizadas por mantenedores de IES privadas que mediante a ampliação das margens de lucros acarretam a perda de direitos trabalhistas consagrados pela legislação.

Ourique de Ávila (2010) ao fazer um balanço das pesquisas publicadas nos Anais das Reuniões da ANPED afirmou que a mercantilização do ensino superior trouxe sérias consequências para os docentes, sendo as formas de contratação flexíveis responsáveis pela ampliação da exploração da mão de obra. Para o referido autor, os trabalhadores convivem com a perda dos direitos sociais em face ao processo que favorece a terceirização da contratação de mão de obra e a informalização do setor privado.

As pesquisas de Cunha (2015), Ramos (2012) e Silva (2015) indicaram o uso das tecnologias digitais como elemento crucial na reorganização das formas de trabalho docente na atualidade. Os recursos tecnológicos têm levado a uma ampliação das atividades realizadas, ou seja, os professores estão fazendo e respondendo a muitas exigências ao mesmo tempo para as quais foram contratados ou, muitas vezes, realizando tarefas para as quais sequer têm remuneração.

As tecnologias que permeiam o trabalho docente aparecem tanto nas atividades regulares e presenciais para as quais devem alimentar sistemas, acompanhar grupos de alunos, inserir notas e faltas, como nas atividades específicas de EaD, modalidade que tem crescido muito no Brasil no cenário de mercantilização da educação.

Os processos de proletarização e intensificação do trabalho foram apontados como implicações de um novo modelo institucional ao trabalhador. A intensificação conceituada por Dal Rosso (2008) como o dispêndio das capacidades físicas, cognitivas e emotivas do trabalhador mediante um trabalho e para o qual deve ampliar quantitativa e qualitativamente os resultados laborais, foi elemento central de análise em dez pesquisas selecionadas.

As investigações realizadas por Bohn (2015), Cunha (2015), Jilou (2014), Oliveira (2008), Pedroso (2015), Ramos (2012), Ourique de Ávila (2010), Sebim (2014) e Silva (2009) analisaram o trabalho docente em diferentes IES e em diferentes regiões do Brasil.

Em comum as pesquisas apresentaram um cenário nos quais múltiplas e variadas tarefas estão sendo realizados pelos professores contratados quase sempre em regime horista de trabalho se dedicam à preparação de aulas, correção de trabalhos e provas, orientação de alunos, etc., obrigando-se em muitas situações a atuar em mais de uma IES e em mais de uma cidade. Como discutido por Apple (1998, p.9) a intensificação opera “mais visivelmente ao trabalho mental, no sentido crônico de excesso de trabalho”. Não por acaso em várias pesquisas, a docência aparece como ocupação secundária e não principal entre os professores.

A precarização do trabalho docente que se expressa em arrocho salarial, redução dos direitos trabalhistas e alterações nas jornadas de trabalho foi o ponto fulcral apresentado nas pesquisas realizadas por Bohn (2015), Dias (2006), França (2008), Jilou (2014), Oliveira (2008), Pedroso (2015), Ramos (2012), Silva (2008), Sousa (2015), Camargo (2012), Farias Junior (2014) e Leda (2009).

Tais pesquisas, após análise de contextos específicos de trabalho docente no ensino superior privado, apontaram uma forte tendência às formas precárias e flexíveis de atuação dos professores. Esta tendência é marcada (em diferentes lugares do Brasil) pelas ocupações temporárias, ampliação da exploração da mão de obra (qualificada e pouco remunerada), insegurança diante da manutenção do emprego, desvalorização social e profissional, redução da autonomia, fragilidade da identidade profissional e redução do poder aquisitivo.

A precarização, a intensificação, bem como os meios pelos quais estes processos aparecem no cotidiano do ensino superior privado, tem acarretado sofrimento psíquico aos professores. A preocupação em compreender e mapear essa questão foi identificada nas pesquisas realizadas por Esteves (2015), Farias Júnior (2014), Leda (2009), Lima (2012) e Ourique de Ávila (2010). As pesquisas em questão apontaram para o adoecimento, o estresse, o sofrimento psíquico e a perda da qualidade de vida dos docentes como consequências da reestruturação produtiva no setor do ensino superior privado no Brasil. Para tal, contribuíram além das questões objetivas, outras ligadas à redução da autonomia e ampliação e controle do trabalho docente.

b. Implicações para a organização coletiva dos docentes.

As novas formas de organização empresarial marcadas pela obsessão dos lucros dos investidores, pelo controle do trabalho e pela insegurança, tendo em vista a manutenção dos empregos, têm provocado a fragilização dos laços coletivos e solidários entre os trabalhadores da educação.

Entre as pesquisas selecionadas algumas se ocuparam com a apresentação de dados importantes a respeito das organizações coletivas, tais como os sindicatos. Em alguns casos não se tratou especificamente do papel dos sindicatos, mas das formas cotidianas de resistência docente, discutindo-se as possibilidades de ocorrências ou os limites diante de um cenário desagregador da categoria profissional.

A fragilidade do sindicato representante da categoria docente e o corporativismo que age contrariamente aos direitos trabalhistas legalmente garantidos foi objeto de análise de Bohn (2015), que se ocupou da organização sindical em Rondônia. Pedroso (2015) discutiu as estratégias de controle do trabalho docente e o declínio das formas coletivas de resistência no Estado de Minas Gerais.

Sousa (2015) defende que em razão do cenário da mercantilização da educação e precarização das relações de trabalho docente, faz-se necessário a resistência organizada por meio da atuação dos sindicatos. Para tal, a autora analisou a atividade coletiva do sindicato numa cidade da região metropolitana de São Paulo.

Camargo (2012) discutiu as características estruturais da atividade docente e os processos de transformação nas relações de trabalho em instituições privadas do Estado de São Paulo. O autor apontou mediante os dados obtidos, que a crise profissional que envolve até mesmo a identidade e profissionalidade docente, fragilizou as entidades de representação coletiva que, por sua vez, não têm se empenhado no processo de reconhecimento social do docente do ensino superior.

Desta forma, identificamos que para além da dimensão individual do trabalho marcada pela precarização e insatisfação, há uma dimensão coletiva da categoria docente esgarçada por um contexto de trabalho mercadológico que se aprofundou pós-fusão e aquisição do ensino superior privado. Siqueira (2006) afirma que a relação professor / aluno, professor / professor e instituição / aluno tornando-se mercantil, deixará de ser um espaço público, sendo que é fundamental que a manutenção deste espaço seja preservado, para que haja qualidade do ensino. O autor afirma também, que o mercado sendo um promovedor do crescimento do setor privado, é incapaz de controlar e manter sua qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, os anos finais da década de 1990 e a primeira metade dos anos 2000, foram marcados por grandes mudanças no setor educacional. Num contexto de fortalecimento do neoliberalismo, o ensino superior privado foi identificado por investidores como um setor com potencial de crescimento e, portanto, como um mercado a ser explorado. Mediante alterações (inclusive legais) que favoreceram a expansão do setor, ocorreram reformas educacionais que alinharam o ensino superior brasileiro às tendências do mundo ocidental, tendências estas influenciadas por organismos internacionais, tais como o Banco Mundial (BM), sob o respaldado do Consenso de Washington e da Conferência Mundial sobre a Educação Superior.

Neste contexto que favoreceu a grande expansão do setor, foram criadas condições favoráveis para o processo de fusão e aquisição. Conforme apontaram os estudos que embasaram a pesquisa, especialmente na Seção 1, houve no período supracitado uma mercantilização do ensino, na qual ações foram vendidas no mercado financeiro, instituições foram adquiridas por grandes grupos comerciais, alunos viraram mercadorias e professores insumos, comprometendo a qualidade do ensino ofertado. Além da qualidade do ensino, havia uma hipótese inicial de que as alterações no ensino superior teriam levado a implicações no trabalho docente. Assim, o objeto desta pesquisa de natureza bibliográfica, cujo foco central é o trabalho docente no ensino superior privado. Visando atingir os objetivos propostos, realizamos o reconhecimento da produção acadêmica nos últimos dez anos (2006 – 2016) por meio do levantamento de teses e dissertações.

O levantamento realizado foi fundamental para o reconhecimento do mundo do trabalho como objeto de estudo em algumas áreas específicas do conhecimento. O trabalho docente, em especial, compreendido como parte da totalidade do trabalho no mundo capitalista, tem sido objeto de investigação desde a década de 1990, inicialmente em pesquisas realizadas em programas de pós-graduação em Sociologia e, ao longo destes anos, assumido por outras áreas do conhecimento, tais como: Educação, Psicologia, Políticas Públicas e Administração. Por meio das pesquisas realizadas e do conhecimento acumulado nestas áreas, foram identificadas e analisadas as influências e alterações no trabalho decorrente das novas formas de acumulação do capital, cujo modelo baseia-se no Estado mínimo com forte tendência à mercantilização e internacionalização. As pesquisas indicaram que diante de um novo modelo político-econômico, em diferentes países da América Latina, entre os quais o Brasil, vivenciaram mudanças no trabalho docente que significaram perdas de conquistas sociais obtidas por meio da luta de classes.

Os estudos sobre trabalho docente indicaram alterações nas condições objetivas dos professores que levaram a um processo de intensificação e precarização, tanto na educação

básica como no ensino superior. Embora recentes, os estudos neste campo foram fundamentais para a compreensão do trabalho docente no âmbito das mudanças do capital que afetaram o mundo do trabalho, uma vez que alguns aspectos vivenciados no cotidiano não são exclusivos dos professores ou daqueles que atuam no ensino superior, mas, dada a especificidade das atividades realizadas, tornam mais profundos os efeitos da intensificação e da precarização para os docentes.

Sobre o trabalho docente e o contexto marcado por fusões e aquisições, foram selecionadas, consoante palavras-chave, nos principais bancos de dados do País, 26 pesquisas que apontaram para um padrão analítico, no qual a caracterização do contexto sociopolítico e econômico demonstra a relação entre o modelo capitalista, o mundo do trabalho e o trabalho docente nas instituições privadas de ensino superior. Assim, a totalidade das pesquisas da amostra analisa, especialmente com referencial teórico de base marxista, as recentes alterações no mundo do trabalho, suas novas formas de organização e suas implicações sobre os trabalhadores docentes.

As pesquisas ainda indicaram que as regiões do País nas quais há maior concentração de instituições de ensino superior privado, e onde estão também os principais programas de pós-graduação do País, há também maior ocorrência de pesquisas realizadas sobre o trabalho docente, sejam estas empíricas ou de natureza bibliográfico-documental. Desta forma, podemos afirmar que o trabalho docente tem sido assumido nos últimos dez anos como importante objeto de pesquisa.

A análise das pesquisas nos permitiu identificar dificuldades relativas ao trabalho docente, tais como: contratação de professores horistas; existência de regimes flexíveis de trabalho; trabalho em salas de aula superlotadas; pagamento de baixos salários; instabilidade e insegurança quanto à manutenção do emprego; indicando uma carreira profissional frágil que tem convivido com processos de adoecimento. Os trabalhadores convivem, de acordo com as pesquisas apresentadas na Seção 3, com a perda dos direitos sociais tendo em vista um processo que favorece a terceirização da contratação de mão de obra e a informalização do setor privado. Outras pesquisas apontaram para outras formas de contratação, tais como as cooperativas, que, igualmente trazem prejuízo aos trabalhadores docentes, uma vez que reduzem os custos operacionais das IES, desobrigando-as dos compromissos trabalhistas.

Parte das pesquisas confirmou que os contratos de trabalho voltam-se quase exclusivamente às atividades de ensino realizadas em sala de aula, comprometendo a atuação docente na extensão e na pesquisa, nos casos das universidades e centros universitários. Diante de um cenário de precarização e intensificação do trabalho docente há o aumento da rentabilidade de investidores e mantenedores com um modelo de IES que não privilegia a pesquisa e a extensão.

Por outro lado, as pesquisas nos levaram a um fato relevante e assustador: o sindicalismo e as organizações coletivas estão bastante frágeis e não têm cumprido o importante papel político, de representação e defesa dos direitos e interesses trabalhistas, colocando a categoria docente na condição de refém de um novo modelo institucional mercantilizado. Em nossa pesquisa identificamos duas dimensões específicas de alterações no trabalho docente: a dimensão individual com fortes indicativos de intensificação e precarização do trabalho e a dimensão coletiva da categoria docente em razão do contexto mercadológico, que se aprofundou pós-fusão e aquisição do ensino superior privado, se descaracterizou e esgarçou-se.

Neste sentido, a principal hipótese desta pesquisa de que as reformas promovidas no ensino superior privado no Brasil, desde a década de 1990, provocaram modificações institucionais que favoreceram sua mercantilização com implicações para o trabalho docente, tais como a precarização e a intensificação, confirmou-se.

A relevância e a justificativa desta proposta investigativa centram-se na tentativa de analisar a realidade do trabalho docente em nível de ensino superior privado em face da reestruturação produtiva. Este trabalho de investigação não tem a pretensão de esgotar a temática de estudo, o que por certo seria impossível, buscando, sim, suscitar uma discussão a respeito da realidade do trabalho docente.

REFERÊNCIAS

- ALVES, G. e CARVALHO JÚNIOR. Precarização do trabalho docente e o adoecimento do professor de IES privadas. **Revista da RET** - Rede de Estudos do Trabalho. Marília, ano VIII, n.16, 2015.
- ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. 8ª ed. RJ: Paz e Terra, 2008, p. 9-23.
- ANTUNES, R. **Adeus trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 13. ed. rev. ampl. SP, Cortez, 2008.
- APPLE, M.W. Relações de classe e de gênero e modificações no processo do trabalho docente. **Caderno de Pesquisa**, SP, v.60, fev. 1987.
- AROCENA, R. *Las reformas de la educación superior y los problemas del desarrollo en América Latina*. **Educación e Sociedade**. Campinas, v. 25, n. 88, p. 915-936, Especial - Out. 2004.
- BAESSO, I. S. **A atuação docente no ensino superior brasileiro: migrações de universidade privada para públicas**. 2013, 74f. Dissertação (Mestrado em Educação), UNICAMP, 2013.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Glossário- FMI**. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/Glossario.asp?Definicao=497&idioma=P&idpai=>GLOSSÁRIO>> Acesso em 15/09/2015.
- BARBOSA, A. **Os salários dos professores brasileiros: implicações para o trabalho docente**. 2011. 208 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, UNESP Araraquara, 2011.
- BARROS, A. S. X. Expansão da educação superior no Brasil: Limites e possibilidades. **Educación e Sociedade**. Campinas, v. 36, n. 131, p. 361-390, abr.-jun. 2015.
- BOHN, R. M. **Organização sindical e precarização do trabalho docente nas instituições privadas de ensino superior em Rondônia**. 2015, 79f. Dissertação (Mestrado em Educação), UNIR, 2015.
- BRASIL. **Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943**. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).
- BRASIL. **Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm> Acesso em: 08 ago. 2015.
- BRASIL. **Lei nº 2.306/1997 de 18 de agosto de 1997**. Revogado pelo Decreto nº 3.860, de 09 de julho de 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2306.htm> Acesso em 08 ago. 2015.
- BRASIL. **Lei 10172, de 09 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm>. Acesso em 08 ago. 2015.

BRASIL. **Lei 11738, de 16 de julho de 2008.** Ato das disposições constitucionais transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11738.htm>. Acesso em 08 ago. 2015.

CAMARGO, L. F.F. **A condição do professor do ensino superior privado:** características estruturais da atividade docente e os processos de transformação nas relações de trabalho. 2012, 318f. Tese (Doutorado em Educação), USP, 2012.

CAMARGOS, M. A. e BARBOSA, F. V. Fusões, aquisições e takeovers: um levantamento teórico dos motivos, hipóteses testáveis e evidências empíricas. **Cadernos de Pesquisas em Administração**, SP, v.10, n.2, p. 17-38, abr.-jun. de 2003.

CARVALHO, C. H. A. A mercantilização da educação superior brasileira e as estratégias de mercado das instituições lucrativas. **Revista Brasileira de Educação**. RJ, v. 18 n. 54 jul.-set. 2013.

CHAVES, V. L.. J. Expansão da privatização / mercantilização do ensino superior brasileiro: a formação dos oligopólios. **Educação e Sociedade** Campinas, v. 31, n. 111, pp. 481-500, abr.-jun. 2010. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em 10/02/2015.

COGO, P. S. F. **Demissão:** uma ruptura na trajetória profissional de professores do ensino superior privado. 2008, 210f. Tese (Doutorado em Sociologia), UFRGS, 2008.

CUNHA, N. C. **Reorganização do trabalho docente pelas tecnologias digitais:** possibilidades e limites em uma instituição de ensino superior privado. 2015, 123f. Dissertação (Mestrado em Educação), UNIUBE, 2015.

DAL ROSSO, S. **Mais trabalho!** A intensificação do labor na sociedade contemporânea. SP, Boitempo, 2008.

DIAS, A. J. C. **O ensino superior privado em Uberlândia:** precarização do trabalho docente. 2006, 161f. Dissertação (Mestrado em Educação), UFU, 2006.

DUARTE, A.. Políticas Educacionais e o trabalho docente na atualidade: tendências e contradições. **Políticas Públicas e Educação:** regulação e conhecimento. 1ª.ed.BH, Fino Traço Editora, 2011, v. 1, p. 161-182.

DUARTE, A.M.C. Intensificação do trabalho docente. **Dicionário:** trabalho, profissão e condição docente. BH, UFMG / Faculdade de Educação, 2010. CDROM.

ESTEVES, M. F. D. P. **Estresse psíquico em professores do ensino superior privado:** um estudo em Salvador – BA. 2015, 156f. Dissertação (Mestrado em Psicologia), UFBA, 2015.

FARIAS JÚNIOR, R. S. **A precarização do trabalho e o adoecimento docente em instituições de ensino superior privadas / mercantis.** 2014, 266f. Tese (Doutorado em Educação), UFPA, 2014.

FERNANDES, D.C. Precarização do trabalho. **DICIONÁRIO:** trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM

FERREIRA, P. C. A. S. **Professor: profissão de risco.** A percepção das condições de trabalho por docentes em IES privadas no Rio de Janeiro. 2012, 115f. Dissertação (Mestrado em Administração), UNIGRANRIO, 2012.

FRANÇA, P. I. S. **O ensino superior e a reestruturação produtiva do mundo do trabalho**: o impacto da precarização nas relações de trabalho dos docentes no ensino superior em Uberlândia. 2008, 114f. Dissertação (Mestrado em Educação), UFU, 2008.

GENTILI, P. et al. Reformas educativa y luchas docentes em América Latina. **Educação e Sociedade**. Campinas, v.25, n.89, p. 1251-1274, set. - dez 2004.

HEYMANN, L. e ALBERTI, V. Um segmento heterogêneo: trajetórias de universidades privadas no Brasil. **Encontro Regional Sudeste de História Oral**. RJ, n.4, 2001.

JILOU, V. **Trabalho e sofrimento psíquico dos professores universitários no capitalismo flexível**. 2013, 162f. Dissertação (Mestrado em Educação), UNIUBE, 2013.

LEDA, D. B. **Trabalho docente no ensino superior**: análise das condições de saúde e de trabalho em instituições privadas do estado do Maranhão. 2009, 220f. Tese (Doutorado em Psicologia Social), UERJ, 2009.

LEITE, D. e GENRO, M. E. H. Avaliação e internacionalização da educação superior: *quo vadis* América Latina? **Avaliação**, Campinas/Sorocaba, SP, v.17, n.3, pp.763-785, nov. 2012.

LIMA, L. A. **Os impactos das condições de trabalho sobre a subjetividade do professor de ensino superior privado de Campinas**. 2012, 153f. Tese (Doutorado em Educação), UNICAMP, 2012.

LUIZ, L.H.T. **Os impactos do neoliberalismo no ensino superior privado no Brasil**. 2013 83 f. Dissertação (Mestrado em Educação), UFU, Uberlândia, 2013.

LUNA, S. V. **Planejamento de pesquisa: uma introdução**. SP, EDUC, 2000

MACHADO, J. Kroton estuda compra da Estácio. **Valor Econômico**, SP, Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/4586411/kroton-estuda-compra-da-estacio#>> Acesso em 02/06/2016.

MACIEL, D. O governo Collor e o neoliberalismo no Brasil (1990-1992). **Revista UFG**, ano 12; n.11, dezembro 2011.

MINTO, L. W. Banco Mundial e Educação. **Dicionário de Verbete**: Navegando pela história da educação brasileira. Histedbr/Unicamp, 2006. Disponível em: <<http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/b.html>> Acesso em 15/09/2015.

MANCEBO, D. Agenda de pesquisa e opções teórico-metodológicas nas investigações sobre o trabalho docente. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 28, n.99, p.466-482, maio - ago. 2007.

MANCEBO, D. e VALE, A. A. Expansão da educação superior no Brasil e a hegemonia privado-mercantil: O caso da UNESA. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 34, n. 122, p. 81-98, jan. - mar. 2013.

MARIN, A.J. Precarização do trabalho docente. **Dicionário**: trabalho, profissão e condição docente. BH, UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.

MARRACH, S. A. et al. Neoliberalismo e educação. **Infância, educação e neoliberalismo**. SP, Cortez Editora, 1996. p. 42-56. Disponível em: <<http://www.cefetsp.br/edu/eso/neoeducacao1.html>> Acesso em 12/05/2016.

MORAES, K. N. **A produção acadêmica sobre a expansão da educação superior no Brasil no período de 1995 a 2010**. 2013. 217 f. Tese (Doutorado em Educação) – UFPE, 2013.

NETTO, J.P. Repesando o balanço do neoliberalismo. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. 8ª ed. RJ. Paz e Terra, 2008, pp. 29-34.

NONNENMACHER, S. **Mercantilização da educação e docência em instituições de ensino superior privado**. 2008, 123f. Dissertação (Mestrado em Educação), UFSM, 2008.

OLIVEIRA, D.A. Trabalho docente. **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. BH, UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.

OLIVEIRA, S. M. **Cooperativas de trabalho de professores no ensino superior na cidade de São Paulo: uma forma de precarização do trabalho docente (1994-2005)**. 2008, 87f. Dissertação (Mestrado em Educação), UNINOVE, 2008.

OURIQUE DE ÁVILA, S. F. **Mercantilização do ensino superior: as consequências das mudanças produtivas para os docentes do ensino superior**. 2010, 250f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana), UERJ, 2010.

PEDROSO, S. G. **Trabalho e educação: as estratégias de controle e precarização do trabalho docente nas instituições privadas à partir do ano 2000**. 2015, 92f. Dissertação (Mestrado em Educação), UFU, 2015.

PEREIRA, J. S. F. **Quem é essa profissional? Trabalho docente no ensino superior privado e relações sociais de sexo**. 2015. 237 f. Tese de Doutorado (Educação) – UFMG / Faculdade de Educação, 2015.

PEREIRA, T. L. e BRITO, S. H. A. As aquisições e fusões no ensino superior privado no Brasil (2005-2013). **IV Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação / VII Congresso Luso Brasileiro de Política e Administração da Educação**. Porto, Portugal, 2014. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/IBERO_AMERICANO_IV/GT2/GT2_Comunicacao/TarcisioLuizPereira_GT2_integral.pdf> Acesso em 18/11/2015.

RAMOS, C. E. **Professor universitário na sociedade administrada: expressões da violência no ensino superior privado**. 2012, 143f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano), USP, 2012.

RODRIGUES, J. Os empresários do ensino e a reforma da educação superior do governo Lula da Silva. **29ª. Reunião Anual da ANPED**. Anais da 29ª. Reunião Anual da ANPED, Caxambú, 2006. Disponível em: <www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT09-2023--Int.pdf> Acesso em 18/11/2015.

RODRIGUES FILHO, J. A. F. **Trabalho docente no ensino superior privado: uma análise das políticas retributórias e seus efeitos**. 2015, 123f. Tese (Doutorado em Educação), UNICAMP, 2015.

RUAS, C. M. S. **Grandes oligopólios da educação superior e a gestão do grupo Anhanguera Educacional (2007-2012)**. 2015, 311f. Tese (Doutorado em Educação), DOM BOSCO, 2015.

SAGRILLO, D. R. **Trabalho docente: uma análise da produção do GT Trabalho e Educação da ANPED**. 2009. 136f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Práticas Educativas) UFSM, 2009.

SAMPAIO, H. O setor privado de ensino superior no Brasil: continuidades e transformações. **Revista Ensino Superior**, Campinas, v. 2, n. 4, p. 28-43, 2011.

SANTOS, A.V. e GUIMARÃES-IOSIF, R. Fusões Institucionais no ensino superior brasileiro: implicações no trabalho docente. **III Congresso Ibero-americano de Política e Administração da Educação**, Espanha, n. 7 GT 2, 2012. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/iberoamericano2012/Trabalhos/AlineVeigadosSantos_res_int_GT2.pdf> Acesso em 16/12/2015.

SANTOS, A.V., GUIMARÃES-IOSIF, R. M. e CHAVES, V. L. J. Formação dos oligopólios na educação superior privada brasileira: sobreimplicação no trabalho docente. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 46, n. 32, p. 75-97, maio - ago. 2013.

SEBIM, C. C. **A intensificação do trabalho docente no processo de financeirização da educação superior: o caso da KROTON no estado do Espírito Santo**. 2014, 201f. Tese (Doutorado em Educação), UFES, 2014.

SGUISSARDI, V. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. **Educação e Sociedade**. Campinas, 2008, v.29, n.105, pp.991-1022<<http://www.scielo.br/pdf/es/v29n105/v29n105a04.pdf>>Acesso em 18/11/2015.

SHAWARTZBAUM, A. D. **Sinergias nas fusões e aquisições do setor de educação superior no Brasil**. 2012. 104f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração de Empresas), FGV, 2012.

SILVA, G. E. **Trabalho docente no ensino superior à distância: estado do conhecimento**. 2015, 140f. Dissertação (Mestrado em Educação), UNIUBE, 2015.

SILVA, M. E. P. **A metamorfose do trabalho docente no ensino superior: entre o público e o mercantil**. 2009, 181f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana), UERJ, 2009.

SILVA, S. C. **A precarização do trabalho docente universitário nos anais da ANPED: uma análise crítica dos estudos selecionados**. 2008, 108f. Dissertação (Mestrado em Educação), UECE, 2008.

SILVA JUNIOR, J. R.; SGUISSARDI, V. Novas faces da educação superior brasileira: reforma do estado e mudança na produção. **Quaestio** – Revista de estudos de educação, ano 01; n.2; novembro de 1999.

SIQUEIRA, T. C. A. **O trabalho docente nas instituições de ensino superior privado em Brasília**. 2006, 183f. Tese (Doutorado em Sociologia), UnB, 2006.

SOUSA, A. L. H. **Mercantilização da educação e precarização das relações de trabalho docente: o ensino superior privado e atuação do sindicato dos professores em Guarulhos**. 2015, 124f. Dissertação (Mestrado em Educação), UNICAMP, 2015.

TAVARES, P. H. S. **Os fundos de investimento e o movimento do capital no ensino superior privado: mercantilização de novo tipo?** 2014. 114f. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFRJ, 2014.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. SP, Atlas, 1987.